

ATA

N.º 04/2024

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
27 de junho de 2024**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024:**

---Aos vinte e sete dias do mês de **junho** do ano **dois mil e vinte e quatro**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Tiago Filipe dos Santos Miranda, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Fernando Gabriel Neves da Cruz, em substituição de Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 50 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio
Luís António Sequeira Peixoto,

António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar.-----

---Verificou-se a ausência do Senhor Deputado Municipal Celestino Cubelo Morais e da Senhora Vereadora Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal Francisco Manuel Guimarães de Melo, tendo chegado pelas 21 horas.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que pediram substituição os Senhores Presidentes de Junta Aurélio Mariz Neiva e Mário Ferreira Fernandes e que seriam substituídos por Tiago Filipe dos Santos Miranda e Fernando Gabriel Neves da Cruz, respetivamente.

Mais informou, que estaria ausente a Senhora Vereadora Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger, por motivos de saúde.

Antes de começar pediu permissão para proferir umas breves palavras, nos seguintes termos:

"Nesta sessão faz parte da Ordem de Trabalhos, uma proposta de alteração do Regimento em conformidade com os princípios da proporcionalidade e minimização dos dados, consagrados no nº 2 do artigo 266º da Constituição da República Portuguesa e na alínea c) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

As alterações propostas incidem sobre os artigos 18º, 36º, 43º, 46º, 66º e 68º do Regimento atual. Estas alterações foram fruto do trabalho realizado em várias reuniões com a DPO (Encarregada da Proteção de Dados) do Município de Esposende.

O meu agradecimento aos membros da Assembleia Municipal que participaram ativamente nestes trabalhos.

Posteriormente a esta aprovação, será finalizada a Proposta do Regulamento de Transmissão de Dados, quer a gravação de voz, quer a transmissão de som ou imagens, no que respeita a todos os intervenientes, os elementos do público, os elementos eleitos e os elementos não eleitos.

A próxima sessão da Assembleia Municipal a realizar em setembro, será na Vila de Apúlia e presumo que poderemos ter a primeira sessão com transmissão de som e imagem, respeitando o Regulamento Geral da Proteção de Dados, em fevereiro de 2025, portanto, na primeira sessão do ano de 2025.

Há nas bancadas uns cantis de água, uma oferta da Esposende Ambiente e do Município, cujo objetivo é a promoção do consumo de água da torneira, que é segura. Aliás, este projeto teve início nas escolas há 4 anos e pretendemos também com isto dar um sinal de promoção do consumo de água da torneira."-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de uma duração máxima daquela assembleia, de duas horas e meia, a três horas.-----

Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

01.01 - APROVAÇÃO DE ATAS:-----

01.01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão extraordinária deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de abril de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais José Manuel Cruz Silva, Manuel Fernando Lima de Meira Torres, Ilídio Moraes Rodrigues, Tiago Filipe dos Santos Miranda e Fernando Gabriel Neves da Cruz, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão extraordinária de 25 de abril de 2024.-----

Não participou igualmente na votação o senhor deputado municipal Francisco Manuel Guimarães de Melo, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.01.02 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de abril de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. -

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Paulo Fernando Ferreira Teixeira, Ilídio Moraes Rodrigues, Tiago Filipe dos Santos Miranda e Fernando Gabriel Neves da Cruz, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 30 de abril de 2024.-----

Não participou igualmente na votação o senhor deputado municipal Francisco Manuel Guimarães de Melo, por não se encontrar presente na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA._____

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Domingos Carvalho, do Grupo Político do PS, tendo referido:

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhores Membros da Mesa de Apoio à Assembleia,
Público aqui presente,
Minhas senhoras e meus senhores,
Muito boa noite!*

*Lei n.º 50/89 de 24 de agosto
Elevação da povoação de Forjães à categoria de Vila.
A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea a), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:
Artigo único. A povoação de Forjães, no concelho de Esposende, é elevada à categoria de Vila.*

*Aprovado em 30 de junho de 1989.
O Presidente da Assembleia da República, Vítor Pereira Crespo.
Promulgado em 26 de julho de 1989.
Publique-se.*

*O Presidente da República, Mário Soares.
Referendada em 31 de julho de 1989.
Presidente da Câmara nesta data: A saudosa Senhora Professora Laurentina Torres;
Presidente da Junta de Freguesia: O saudoso Senhor Ricardo Torres;
Presidente da Assembleia de Freguesia: Dr. Horácio Lages.*

*“In Forjães, 15 anos de elevação a Vila, 1989-2004, edição da ACARF/O Forjanense” (Livro)
Em data de aniversário de elevação da povoação de Forjães à categoria de Vila, vou falar novamente de Forjães e manifestar a minha alegria por pertencer e morar nesta bonita e histórica vila que está em festa pelo seu trigésimo quinto (35º) aniversário, 1989-2024 (30 de junho).*

Na qualidade de forjanense e de deputado municipal do grupo parlamentar do PS endereçamos os parabéns à Junta de Freguesia de Forjães, na pessoa do Senhor Presidente, aqui presente, Vítor Quintão. Saudamos e agradecemos também o trabalho realizado por

todos os que tornaram possível este histórico acontecimento.

Este meu pequeno contributo e curta reflexão sobre a nossa bonita terra, em data de aniversário, vêm no seguimento de anteriores intervenções realizadas no âmbito desta Assembleia Municipal.

Estes 35 anos de elevação de Forjães à categoria de Vila mereceriam uma reflexão mais profunda face às expectativas criadas na altura desse momento histórico, mas o tempo que temos disponível nesta Assembleia, 6 minutos, nunca o permitiriam, e o Senhor Presidente rapidamente me aconselharia a terminar. Lanço o desafio ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Forjães de organizar esse debate público.

Ponto de partida. A minha terra é a melhor terra do Mundo.

Tenho afirmado em anteriores intervenções que a freguesia de Forjães é única.

Esta identidade própria resulta:

Da sua localização no lindíssimo Vale do Neiva, com os seus espaços naturais em toda a extensão do rio Neiva e os seus "sítios" icónicos;

Do seu património natural e edificado lindíssimo: Os já referenciados, Souto da Santa, Souto de São Roque, Quintas de Curvos, Pregais e Calça, o Solar de Pregais, Casas Centenárias, A Casa do Povo de Forjães, Antas e Vila Chá, Igreja Matriz, Salão Paroquial e Capelas da Santa e São Roque;

Da criação, ao longo destes anos, de serviços e de equipamentos públicos que vieram proporcionar uma melhor qualidade de vida aos forjanenses, uns da responsabilidade dos nossos ilustres beneméritos, o Senhor Rodrigues de Faria, a Dona Margarida de Queirós, o Senhor Marcelino de Queirós e o Senhor Horácio de Queirós, e outros da responsabilidade do Poder Autárquico e Poder Europeu, como são os exemplos do Centro Cultural "Escolas Rodrigues de Faria", o Lar da 3.ª idade, a Cantina Escolar, o instituto Materno Infantil (hoje integrados na Clínica Dr. Queirós de Faria e Lar de Santo António), o Estádio Horácio Queirós, a Escola Básica Integrada de Forjães, o Centro Escolar de Forjães, o Complexo de Piscinas de Forjães, a Unidade de Saúde Familiar, o Saneamento Básico e o Abastecimento de água, os bancos, os correios, etc;

Da qualidade e do dinamismo de todos aqueles que têm passado pelo Poder Autárquico, destacando aqui a alternância deste pelas diferentes forças políticas da Freguesia, ao longo destes trinta e cinco anos.

Da qualidade e do dinamismo das "suas gentes" que tudo fizeram e continuam a fazer para engrandecer Forjães, participando e dinamizando atividades culturais, recreativas, desportivas e sociais, festas, romarias e muitas outras iniciativas:

Foram estas circunstâncias e o esforço e a dedicação de muita gente que transformaram Forjães num território de referência do Concelho de Esposende.

Para chegar até aqui, houve muita gente boa, ilustre e anónima, que deram o melhor de si na defesa da nossa terra.

É este legado que temos de defender e transformar com o máximo de exigência.

O esforço, a dedicação e a vontade em melhorar esta terra tem de continuar.

A exigência tem de ser máxima.

O nosso grau de exigência e poder reivindicativo junto daqueles que têm o "Poder" deve continuar, assim o reclamam todos aqueles que fizeram de Forjães um "Lugar Único".

Quem está à frente dos destinos da nossa terra tem de ter muita coragem e ser muito forte face ao legado deixado por aqueles que nos antecederam.

Como o já referi em anteriores intervenções nesta Assembleia, Forjães tem tudo para

continuar a crescer.

O que tornaria Forjães ainda mais atrativo e com mais qualidade de vida:

A extensão do Saneamento básico a todos os locais da freguesia;

O embelezamento da freguesia através da otimização de toda a zona ribeirinha do Rio Neiva. Se eu fosse decisor integraria todo esse espaço verde no espaço urbano de Forjães, procurando que toda essa integração se concretizasse através da criação de um eco trilho, pedonal e ciclável, a partir da Zona Desportiva e Escolar de Forjães, englobando o espaço natural da "Calça" e o edificado ponte pedonal e "Azenha da Calça", do espaço natural do "Guincho" e a "ponte pedonal" e "Azenha do Guincho", o espaço natural da "Morena" e a recuperação da antiga ponte pedonal da Morena, o espaço natural do "Gaio" e a recuperação da antiga ponte pedonal do Gaio e a "Azenha do Gaio" e do espaço natural do "Zé do Rio", ponte Rodrigues de Faria, a "Azenha do Zé do Rio" e a "Ponte Nova" e o parque de lazer da várzea.

A sua ligação ao percurso pedonal e ciclável do Litoral Norte, que liga Apúlia a Caminha, otimizando todos os espaços verdes e os edificados, pontes pedonais e azenhas da vizinha freguesia de Antas, seria uma obra fantástica para o Território de Esposende e para as suas "Gentes";

A criação de um Centro Cívico pedonal na Zona Central de Forjães, a ligar a Praça Rodrigues de Faria ao Adro da Igreja Matriz;

A existência de um Plano de Urbanização que definisse quais as zonas para construção de habitação, para construção de equipamentos desportivos, sociais, industriais, educativos e culturais;

A construção de uma Rede de Passeios nas principais ruas da terra e particularmente na estrada nacional 103, tornando as ruas mais seguras e mais bonitas;

A construção de novas vias e a requalificação das já existentes, organizando um novo mapa de trânsito;

A criação de acessos mais fáceis à Sede do Concelho;

Uma requalificação urbana em toda a freguesia, particularmente na zona envolvente à Escola Básica Integrada de Forjães, Centro Escolar de Forjães, Complexo de Piscinas e Estádio Horácio Queirós;

A construção de um Novo Centro de Treinos e de Jogos, com outras valências associadas, para apoio às atividades do Forjães Sport Clube;

A construção de um Pavilhão Multiusos para apoios às atividades recreativas e culturais e outros eventos sociais;

A criação de um bom Plano de Mobilidade entre a freguesia e a sede do concelho;

Tudo isto melhoraria claramente a qualidade de vida e o bem-estar de todos os que vivem no seu território.

Termino com a apresentação de um pequeno vídeo que realizamos em 2017 e que termina assim.

QUEM VEM, VEM POR VIR

AO IR, VAI ENCANTADO E VOLTA

Viva Forjães

Muito Obrigado!"-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Otílio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado a seguinte Recomendação:

*“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa e Segunda-Secretária,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Estimados Vereadores,
Caros Membros da Assembleia Municipal,
Caros Presidentes de Junta,
Estimado Público,*

O Grupo Político do Partido Social Democrata vem nesta Assembleia apresentar uma Recomendação, denominada:

1 - RECOMENDAÇÃO “PELA RÁPIDA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS”.-----

No passado dia 19 de junho de 2024 veio a público uma notícia, publicada no Jornal de Notícias, onde se dava conta do ponto de situação dos pedidos de desagregação das freguesias submetidos à Assembleia da República para apreciação e decisão.

A mesma notícia dava ainda conta que dos 182 pedidos submetidos pelas Uniões de Freguesias, apenas 9 têm o processo completo e devidamente instruído, sendo que 148 tiveram que aperfeiçoar os seus processos.

- Sendo este um processo que se arrasta há vários meses, e que por força das eleições legislativas ocorridas no passado dia 10 de março de 2024, terá que ser criada ou reativada a equipa técnica para analisar as propostas e elaborar o relatório final para a Comissão de Poder Local e Coesão Territorial - Grupo de Trabalho das Freguesias, tomar a decisão final sobre quais as propostas que reúnem os requisitos necessários para concretizar a desagregação;*
- Face à urgência de ver os processos de desagregação das freguesias agregadas em Uniões de Freguesias, propostos para o concelho de Esposende, rapidamente concluídos;*
- E, ainda, pela preocupação que a evolução de todo o processo de desagregação suscita e evidencia.*

Com vista à aceleração de todo este processo, e de modo a que o mesmo esteja concluído a tempo do próximo ato eleitoral, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal, concordando integralmente com o processo de desagregação das freguesias como sempre defendeu, propõe a aprovação da presente Recomendação, “Pela rápida conclusão do processo de desagregação das freguesias”, propondo ainda que dela seja dado conhecimento à Comissão de Poder Local e Coesão Territorial - Grupo de Trabalho Freguesias, bem como a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e à Deputada Única do PAN na AR.”-----

De seguida o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, referiu que tinham também um Voto de Pesar para apresentar, contudo não o iriam fazer por se tratar do mesmo Voto que o Partido Socialista iria apresentar, pelo que, não o apresentariam, subscrevendo o Voto do Partido Socialista. Mais referiu, que antes de passar à sua intervenção política gostaria de agradecer o momento que o Professor Domingos Carvalho tinha trazido à Assembleia Municipal, sendo uma visão sobre a Vila de Forjães que é um testemunho claro de

todo o trabalho de todos os autarcas da freguesia e também do município, que foram desenvolvendo ao longo dos anos, que permitiram que Forjães fosse hoje uma Vila com muita qualidade, muito bonita, onde de facto, vale a pena recordar e lembrar que importa continuar a trabalhar para que continue a crescer, continue a evoluir e a ser uma Vila atrativa como tem sido. Passou depois à sua intervenção política, nos seguintes termos:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Publico presente,

Analizada a atividade da câmara nos últimos tempos, a minha primeira nota é de satisfação com o trabalho desenvolvido. Pois, assistimos nas últimas semanas ao tornar público de um conjunto de anúncios e de notícias que nos revelam a forte dinâmica que o executivo continua a imprimir na sua governação autárquica, e na implementação dos projetos com os quais se comprometeu com a população de Esposende.

Começando, desde logo, por referir a 2ª fase da obra da requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, dizer-vos que a notícia da realização da cerimónia de assinatura do contrato de financiamento desta obra, presidida pelo Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida e na qual participaram o Sr. Presidente da CCDR-N, António Cunha e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende, Benjamim Pereira, é a confirmação de que esta 2ª fase da obra, orçamentada em 17M de euros, será de facto uma realidade no curto prazo. Uma obra, que somados os cerca de 2.6M de euros aplicados na primeira fase de construção, atingirá cerca de 20M de euros de investimento.

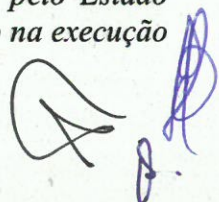
Com esta intervenção de fundo na Escola Henrique Medina, pelos montantes envolvidos e pela modernização que esta intervenção irá trazer às instalações e ao seu funcionamento, teremos com toda a certeza uma das melhores escolas do país. Parabéns Sr. Presidente da Câmara por mais este importante passo dado na concretização deste ambicioso, mas necessário projeto.

Mas se as notícias para a ESHM foram boas, também o foram na área da saúde. Uma vez mais, com a nova dinâmica imposta pelo Sr. Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, naquilo que tem sido a execução dos fundos do PRR, deu-se também a assinatura do contrato de financiamento para a construção do novo Centro de Saúde de Esposende, para a requalificação das suas atuais instalações, e claro, para a já anunciada obra de requalificação do centro de saúde de Apúlia, cujo concurso já foi lançado. Todas estas intervenções, com financiamento garantido e cujos projetos nos foram apresentados no início desta semana.

Todos projetos de enorme valia e qualidade, que representam para o património edificado do concelho um investimento de cerca de 25 Milhões de euros na área da saúde e da educação e que a curto/médio prazo estarão à disposição da população.

E por isso, estas últimas semanas foram de facto, de excelentes notícias para Esposende.

Mas, Sr. presidente, para que tudo isto fosse possível, temos a obrigação de aqui dizê-lo, e ninguém aqui poderá desmenti-lo; Devemos este financiamento ao empenho e à persistência do Sr. Presidente da Câmara, que inconformado com a inércia demonstrada pelo Estado nestas matérias, fez com que o município se tenha substituído ao anterior governo na execução



dos projetos destes equipamentos, e assim, não só, deu o mote para que estas obras pudessem vir a ser financiadas, como também a sua concretização venha, desde já, a ser uma realidade. E se a resiliência do Sr. Presidente da Câmara tem sido fundamental para que tudo isto aconteça, devemos também aqui dizê-lo que, não fosse o atual Governo acelerar a execução do PRR, e certamente, tudo isto seria adiado ou sairia dos orçamentos do município e dos nossos impostos, dificultando assim a sua execução.

Por isso, parabéns à Câmara Municipal, parabéns Sr. Presidente, Benjamim Pereira, pela resiliência e pela persistência nestes projetos.

Trata-se da qualidade de ensino dos nossos jovens e das condições de trabalho dos nossos docentes.

Trata-se da saúde dos esposendenses e das condições de trabalho dos nossos profissionais da área da saúde.

Obrigado por isso!

Mas, enquanto tudo isto acontece, e faz com que Esposende seja notícia pelas melhores razões, por ser contemplado por tão volumoso investimento, ou seja, mais de 25 milhões de euros, lamentavelmente, outros continuam apáticos e incapazes de reconhecer o mérito de tão valioso trabalho que está a ser desenvolvido em prol de todos nós.

Sr. Presidente, para se chegar ao momento da assinatura de contratos de financiamento, como aconteceu na área da saúde e da educação, é necessário trabalho. E fazer acontecer o desenvolvimento e a melhoria das condições de trabalho e de vida dos Esposendenses dá, de facto, muito trabalho!

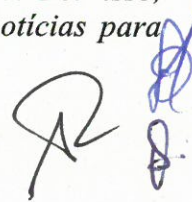
E por isso, também noutras áreas, não podemos deixar de dar nota da insistência do executivo naquilo que tem sido a defesa do nosso território.

Destaco, por isso, a iniciativa do executivo em trazer a Esposende o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Emidio Sousa, a quem o Sr. Presidente da Câmara teve, não só, a oportunidade de mostrar os problemas graves de erosão costeira de que padece a nossa frente marítima, como também de demonstrar, que existem soluções e projetos prontos para contribuir para a mitigação desses mesmos problemas. Falo naturalmente dos projetos da Barra e de Cedovem e Pedrinhas.

Consideramos por isso, esta ação de sensibilização levada a cabo pelo executivo como fundamental para que o Estado encare e reconheça o mérito dos projetos que o município tem para essas zonas críticas, onde a erosão costeira é mais evidente e preocupante e onde está em causa a segurança de pessoas e bens, para que assim, esses projetos possam vir a ser financiados e incluídos nos mecanismos de financiamento existentes na área ambiental.

Estamos certos de que a reunião de trabalho promovida pelo executivo e que contou com a presença do Sr. Secretário de Estado do ambiente, da APA, do ICNF e da CCDR-N, não só se terá revelado produtiva, como com toda a certeza, irá dar os seus frutos. Por isso, parabenizamos o executivo, pois, não é ficando à espera de que as coisas aconteçam que se concretizarão os projetos estruturante para o concelho. Esta é uma forma de trabalho na qual nos revemos para dar resposta às necessidades das pessoas.

E se essa atitude proativa demonstrada pelo executivo é para nós normal, este governo, também já demonstrou isso mesmo com Esposende. Em pouco mais de 3 meses em funções, já deu mostra de que tem no seu ADN a ambição de fazer e de concretizar os projetos que verdadeiramente interessam à melhoria da vida das pessoas. E tem o feito com rapidez e assertividade. A nova dinâmica na execução do PRR é um bom exemplo disso. Por isso, estamos esperançosos de que também na área ambiental poderemos ter boas notícias para



Esposende.

Sr. Presidente,

Por falar do tempo em funções do novo Governo, e antes de voltar à ação do executivo no nosso concelho, não posso deixar de destacar aquilo que tem sido a forma de atuação do Governo liderado pelo Dr. Luís Montenegro, e a forma como tem encarado a Governação do país.

Sobre isso, e a propósito dos primeiros meses de governação do PSD e da AD, mas também, sobre os primeiros meses de oposição do PS e do seu novo aliado, o Chega, dizer o seguinte:

Sobre o governo, se há coisa que estes cerca de 100 dias de governação do Dr. Luís Montenegro já nos revelaram, foi, sem sombra de dúvida, a sua assertividade, o seu compromisso e a sua capacidade de decidir sobre os assuntos que mais preocupavam aos portugueses e que durante anos foram ficando para trás por parte dos governos socialistas.

Cumprindo com os compromissos assumidos em campanha eleitoral, o Dr. Luís Montenegro tem sabido distanciar-se do ruído e do “triste espetáculo” que o PS e o Chega têm protagonizado na Assembleia da República.

O governo já atuou e decidiu nos impostos, no complemento solidário para idosos, na habitação, nas políticas de juventude, no novo aeroporto de Lisboa, na alta velocidade, na mobilidade e na concretização do PRR, onde já desbloqueou o pagamento das mais uma tanche do valor destinado a Portugal, estando agora prestes a cumprir com os critérios para assim garantir que a próxima seja também paga nos próximos meses.

Iniciou e fechou os processos de negociação com professores, mantém as negociações com as forças de segurança, médicos e oficiais de justiça, tendo já chegado a acordo com uns e continuando a trabalhar neles com outros. Apresentou o plano de emergência para a saúde e para a habitação, apresentou o plano de ação para as migrações, e na política externa tem sido muito ativo e coerente nas posições defendidas por Portugal na Europa e no mundo, entre muitas outras medidas que tomou em tão curto espaço de tempo.

Já sobre a oposição, se há coisa que estes cerca de 100 dias, também já demonstraram e confirmaram, tem sido a forma como o PS tem feito oposição, e a dificuldade que tem demonstrado em aceitar que, de facto, hoje, este PS já não tem responsabilidades governativas e já não é governo. Tem confundido o seu dever de oposição e fiscalização da ação do governo, com a vontade de impor medidas suas que não mereceram a maioria dos votos dos portugueses.

Umas vezes, este PS populista procura “correr por fora” e “governar” com o seu novo melhor amigo, o Chega, fazendo-o a partir da Assembleia da República, e defendendo quase sempre o contrário daquilo que defendeu ao longo dos últimos 8 anos em que foram governo.

Outras vezes, como aconteceu com o anúncio da decisão tomada pelo governo sobre o aeroporto, vem, com desfaçatez, “colar-se” às medidas que o governo da AD apresenta, arrogando-se “dono das ideias”, ou mentindo sem vergonha, quando todos sabemos que aquilo que hoje dizem ser urgente fazer e/ou resolver, afinal, foram eles (PS) que durante 8 anos, em maioria no governo e na AR, não tiveram a capacidade política de decidir, e não quiseram ou não souberam fazer ou executar.

Um partido socialista que tem na sua bancada da Assembleia da República a esmagadora maioria dos ministros socialistas que governaram nos últimos 8 anos que, revelando uma falta de carácter sem igual, têm votado e aprovado propostas que sempre rejeitaram quando estavam no governo, como aconteceu, por exemplo, com as portagens nas ex-scuts.

Tudo, numa estratégia populista e de sobrevivência política bem pensada, e que visa, apenas e

só uma coisa: sobrecarregar e comprometer do ponto de vista financeiro o próximo Orçamento do Estado na tentativa de “empurrar” o governo a provocar novas eleições, já no final do ano.

Em suma, o que temos, nestes primeiros 100 dias de oposição ao novo governo, é um partido socialista calculista, pouco preocupado com a estabilidade governativa do país, e que se “vendeu” ao unir-se ao Chega, um partido que antes diabolizava, mas que agora vai servindo os seus interesses.

Tudo isto para “sobreviver” politicamente perante um governo da AD que, apesar de estar em minoria no parlamento, está a cumprir com as pessoas aquilo com que se comprometeu, demonstrando, ao mesmo tempo, grande capacidade política, de decisão e de ação. Um governo assertivo, que cumpre e que decide.

Em contrapartida, o que não temos visto, de todo, é uma oposição credível e responsável. O que verdadeiramente temos na oposição, são lideranças com uma enorme vontade de derrubar o Governo para sobreviver politicamente. Uma estratégia que não serve o país e que não contribui para a estabilidade necessária para se cumprir com os compromissos aos quais Portugal está obrigado perante os seus parceiros Europeus. Pelo que do ponto de vista da atuação do governo, o balanço é francamente positivo. Já do lado da oposição, a única meia surpresa é a aliança entre o PS e o Chega!

Mas dito isto, Sr. presidente, falando de compromissos e voltando agora à política local, antes de terminar, dizer que depois de analisar a informação escrita do Sr. presidente da Câmara, quero felicitar o município pelo conjunto de medidas, entre as muitas que foi implementando desde a última sessão da AM.

Uma atividade que revela, de facto, o compromisso que este executivo mantém com a população, com o seu bem-estar, com a defesa do território e com tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento sustentado do concelho.

E por isso, para terminar, queria referir apenas 3 exemplos desse compromisso com a população.

Em primeiro lugar, naquilo que é o desenvolvimento sustentado, congratulamo-nos com o início do processo de instalação do Centro de Divulgação Científica a implementar no Forte S. João Batista. Um projeto fundamental para afirmar Esposende na área da investigação e tecnologia marinhas, que reforça a aposta no ensino e na investigação como um novo eixo de desenvolvimento do nosso concelho.

Em segundo lugar, naquilo que são as políticas de apoios às instituições, destacar os sucessivos apoios às corporações de bombeiros do concelho. Apoios que não se ficam pela atribuição de subsídios anuais, mas que abrange ainda a comparticipação de verbas na aquisição de todo o tipo de equipamentos e apoios ao bom funcionamento das instituições. Desta feita foram atribuídos 40 mil euros às duas corporações do concelho. Uma demonstração de responsabilidade e respeito perante aqueles que têm a difícil tarefa de estar sempre presentes para defenderem e acudir aos demais. Principalmente nesta época de verão.

Por último, naquilo que são as políticas de bem-estar da população, além de felicitar a câmara pelo programa de verão que nos apresentou e que trará a Esposende muito dinamismo no verão, dizer ainda, à semelhança do que já referimos noutras ocasiões, que nos congratulamos pelo facto do município manter viva a iniciativa de levar a comunidade sénior a celebrar os Santos populares à quinta da Malafaia. Uma iniciativa que representa um momento único no ano para que, tantas pessoas, que tanto deram do seu trabalho ao nosso

concelho enquanto jovens e contribuidores ativos para o seu desenvolvimento, possam, agora, conviver e desfrutar de um convívio que muito lhes diz, e que, a par da peregrinação a Fátima que irá ocorrer em setembro, são para muitos deles, a única oportunidade que têm para conviver e viver a sua fé no Santuário de Fátima.

Trata-se de um reconhecimento justo e merecido que o grupo político do PSD naturalmente acompanha.”-----

De seguida o Sr. Deputado Municipal, Francisco Melo, do Grupo Político do CDS-PP, pediu para deixar duas breves notas antes de iniciar a sua intervenção política, tendo referido que, uma delas seria para acompanhar a felicitação do Grupo Político do PSD ao Professor Domingos Carvalho, pelo vídeo com que os tinha presenteado. E, a segunda nota, relativamente à Recomendação deixada pelo Grupo Político do PSD, a propósito do processo de Desagregação das Freguesias, em que era sugerido que se desse conhecimento aos deputados do distrito de Braga, tendo proposto em alternativa ou em complemento, que a mesma fosse dada a conhecer aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como, à Deputada Única, do PAN. Isto porque, do distrito de Braga foram apenas eleitos representantes de quatro partidos, sendo que eram nove os partidos que estão na AR, e, sendo esta Recomendação uma medida de pressão positiva, ganharia mais eficácia se chegasse a um leque maior, deixando aqui essa sugestão.

Seguiu-se a intervenção política, tendo referido:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

Este mês de junho iniciou-se sob o signo das nossas crianças, com mais uma edição bem-sucedida do evento “Brincar é coisa séria”. Está de parabéns o Município, deixando aqui uma palavra de apreço à Senhora Vereadora da Educação e Cultura. E precisamente porque esta é uma iniciativa em que todos saem a ganhar, miúdos e graúdos, ganha mais atualidade o repto que aqui deixámos no passado, quanto à replicação do evento noutro período do ano. Valerá a pena o desafio.

Continuando no âmbito do “Brincar é coisa séria”, expressamos o nosso caloroso aplauso para as crianças e jovens do concelho que neste Fórum presentearam-nós com uma muito oportuna e enriquecedora Assembleia Municipal Temática. Vale apenas sublinhar o esforço que esta Assembleia vem realizando na aproximação aos jovens do concelho e na prossecução dos seus interesses. Foi o caso da referida Assembleia Municipal Temática, foi o caso também da ida de uma delegação da Assembleia Municipal à Escola Secundária Henrique Medina para dar a conhecer o que é a Assembleia e o seu funcionamento. Foi ainda o caso da recomendação do CDS para a constituição do Conselho Municipal da Juventude. Apesar da recomendação ter sido chumbada pela maioria do PSD, não temos dúvidas de que foi o tónico decisivo para que o Executivo, finalmente, desse forma a esse órgão.

Da Assembleia Municipal temática destacamos o regozijo do Senhor Presidente da Câmara pelo evento e o apelo feito à maior intervenção das crianças e jovens do concelho. Pena é que tão nobre intenção nem sempre encontre consequência nas ações.

Recordamos, a esse propósito, a recomendação aprovada nesta Assembleia quanto à realização de conferência, integrada no ciclo de conferências das comemorações dos 450 anos de Esposende, que se debruçasse sobre o futuro do concelho, precisamente convocando e apelando à intervenção dos jovens, os nossos futuros líderes daqui a 25, 50 anos. Infelizmente, como todos aqui sabem, o Executivo fez ouvidos moucos a essa recomendação, denotando um manifesto desinteresse em debater o futuro com os nossos jovens. Felizmente, desse mal não padece esta Assembleia e, mais uma vez, os parabéns, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, pelos esforços levados a cabo na aproximação e integração dos nossos jovens.

Senhor Presidente da Câmara,

Gostaríamos de saber qual a razão para o Município manter afixados cartazes relativos a obras que suportou ou participou, quando as mesmas já aconteceram há anos? Quem passe pela marginal, ou pelo centro de Esposende, encontrará vários exemplares do que acabamos de dizer.

Os cidadãos não têm de ser agredidos com essa poluição visual no seu quotidiano.

Senhor Presidente da Câmara,

Há dias houve mais um sinistro na EN 13, no km 48, sentido Viana do Castelo-Esposende, um pouco a seguir à Repsol, deixando dois jovens do nosso concelho em estado de saúde muito grave.

Trata-se de um local propício a acidentes daquela natureza, aliás, houve mesmo um que teve o desfecho trágico de uma vítima mortal.

Apelamos a que o Município encete contactos junto da IP para que possa haver uma sinalização a chamar a atenção dos automobilistas para o perigo de acidente e a necessidade de abrandarem a marcha.

Senhor Presidente da Câmara,

Em fevereiro foi aprovada nesta Assembleia uma moção “Pela Redução do Tempo de Execução das Obras de Reabilitação da Ponte de Fão sobre o Rio Cávado”, na qual se exortava o Município a interceder junto da IP tendo em vista a aplicação de várias medidas para mitigar os inconvenientes causados pela circulação alternada, como era o caso, por exemplo, da colocação de sinalização de trânsito condicionado na “rotunda da A28 em Apúlia” e na “rotunda da Solidal”, de forma a redirecionar parte do trânsito para o troço da A28 que liga Apúlia a Esposende.

Verificamos que, desde a aprovação da moção, nada foi feito, pelo que gostaríamos de saber quais foram as ações que o Município tomou em concreto junto da IP.

Senhor Presidente da Câmara,

Prosseguindo a tónica no âmbito rodoviário, de Gandra chegam-nos preocupações quanto ao estado do pavimento da Avenida de São Martinho. A merecer especial atenção por parte da

Câmara.

Em Fonte Boa, também chegam preocupações e perplexidade pelo facto das obras do caminho de Mateus não mais terem fim à vista.

Da vila de Apúlia, os apulienses questionam para quando as obras na Rua da Salgueira. Com a aproximação, a passos largos, da época balnear, importa termos presente que será um ponto de passagem de autocarros com crianças em direção à praia, não oferecendo o piso as melhores condições de segurança, com o risco de poder aluir, a qualquer momento, para as masseiras.

Senhor Presidente da Câmara,

Foi com surpresa que tomámos conhecimento da intenção do Município em criar um Museu dedicado ao Rei D. Sebastião.

Surpresa pelo sentido de oportunidade desta obra, pois o concelho, mais do que um novo museu, do que precisa urgentemente é de dotar a comunidade e as associações desportivas locais de um novo pavilhão desportivo, pelo que a prioridade dos dinheiros públicos deverá estar para aí canalizada.

E surpresa também pela natureza da escolha. Sendo Esposende uma terra de mar, com inegável contributo para as nossas epopeias e indústria marítima, faria mais sentido, a criar um museu, que este fosse precisamente dedicado à temática do mar, à semelhança do que fizeram os municípios de Ílhavo ou Cascais, entre tanto outros.

É aí que está o nosso diferencial, é que o museu poderá acrescentar valor. Estamos certos de que essa será a preferência dos esposendenses.

Muito obrigado!"-----

Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

Senhores secretários

Senhor Presidente da Câmara,

Senhoras e senhores vereadores,

Senhoras e senhores deputados,

demais autarcas,

Assistentes,

Público presente,

Muito boa noite!

Antes de mais quero dirigir parabéns à Mesa da Assembleia Municipal e ao Exmº Senhor Presidente, Prof. Carlos Silva, pela iniciativa "viver abril na educação-caminhos para uma escola plural e participativa", integrada no programa "brincar é coisa séria".

De facto, é urgente integrar e esclarecer a juventude porque as fraudes do messianismo e a cegueira do grande líder estão aí com todos os perigos. E é coisa muito séria.

Por motivos de saúde não pude estar presente, mas fiquei emocionado com o que percebi que aconteceu.

Parabéns à Margarida, à Leonor, à Matilde, ao Alexandre, a todos os que participaram, bem

como à Coordenação da Doutora Jaqueline Areias.

Depois, lá diz o ditado "remendo novo em pano velho, não dá bom resultado".

Efetivamente, o executivo tem feito obras: obras e arranjos. Umas bem feitas, outras nem por isso e outras ainda que, melhor seria não terem sido feitas, como tantas outras que é preciso fazer.

Considero, no entanto, que o saldo é positivo.

Quero deste juízo, destacar o "pano" – "Largo Rodrigues Sampaio", que é uma bonita obra. Porém, veio criar um contraste com todas as ruas e praças da cidade que agora, estas, gritam por arranjos de embelezamento de pisos de circulação automóvel e pisos para peões, guias e marcações.

Lembro um outro ditado que diz: "antes de fazer o que que quer que seja pensa no fim com que o fazes": o bonito que o largo traz, descobre o que de feio o resto tem.

Agora, Sr. Presidente, aproveite a disponibilidade do Senhor Arquiteto Benjamim Pereira para dar uma ajuda a melhorar a cidade.

Quanto à desanexação das freguesias, aqui, o executivo fez finca-pé para assumir e liderar o processo, com contratações de especialidades e tanto empenho, que foi quase um atropelo ao PS e às Juntas de Freguesia. Parece-me um resultado frustrante para aqueles que esperavam o regresso à autonomia e de algum embaraço para os Presidentes de Junta.

Senhor Presidente, embora o processo não esteja concluído, diga-nos se faz favor, o que falhou ou o porquê deste resultado no concelho de Esposende com a "desunião" de só Belinho e Mar e porque não as uniões restantes.

Senhor Presidente Benjamim Pereira, 2024 vai a meio e o seu mandato tem cerca de um ano mais...

Senhoras e Senhores Vereadores, 2025 é já a seguir...

Dediquem alguma atenção para encontrar soluções para o estacionamento na cidade e ao problema que continua a haver na cidade e em todas as freguesias do concelho, que são os mictórios públicos.

Tive a preocupação de fazer esta pergunta em todas as freguesias e a resposta tinha que ser consensual:

- cada freguesia devia ter pelo menos um mictório público e a cidade precisa de mais.

- o estacionamento durante o ano é incompreensivelmente difícil e no verão é um desespero para os moradores em Esposende, Fão e Apúlia.

Senhor Presidente, é fácil, não é caro, fazem imensa falta.

Entretanto, quero manifestar a minha surpresa desde que participo nesta assembleia.

Esperava que houvesse mais participação, mais intervenção de todos os Presidentes de Junta, bem como do público em geral.

De facto, há necessidade de mais Assembleias para jovens, por forma a provocar interesse e participação futura destes e que estes percebam que o futuro lhes vai cair nas mãos.

Neste tempo decorrido, apenas tivemos uma intervenção reivindicativa do Presidente da Junta de Apúlia e Fão, Senhor Valdemar Faria - parabéns caro Presidente.

Entretanto quanto ao anúncio da Câmara Municipal de construção de habitação em algumas freguesias para colmatar a necessidade existente, gostava de saber a opinião dos Senhores Presidentes das respetivas Juntas.

Só para os ajudar, eu e muitos municípios entendemos que o problema não é a falta de habitação, mas sim a existência de "gente a mais".

Vamos lá aproveitar o tempo que resta deste mandato porque logo, logo, estamos novamente

em tempo de promessas.

- Parabéns a Forjães pelos 35 anos de vila.

Obrigado pela vossa atenção".-----

Por último interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção:

*“Senhor Presidente da Mesa,
Membros da Mesa,
Senhores Deputados,
Senhor Presidente da Câmara,
Membros da Câmara,
Público em geral,*

Vou começar por apresentar um Voto de Pesar:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA LIMA TORRES DA CRUZ.---

“O Partido Socialista vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª D. Maria Lima Torres da Cruz, que residia em Forjães, neste concelho de Esposende.

A Sr.ª D. Maria Lima Torres da Cruz era mãe do senhor deputado municipal Dr. Domingos Cruz Carvalho, e do ex vereador da Câmara Municipal de Esposende, Sr. Dr. José Armando da Cruz Carvalho.

À família enlutada, em particular ao deputado municipal, Sr. Dr. Domingos Carvalho, manifestamos a nossa solidariedade e pesar pela perda sofrida.”-----

Depois e muito rapidamente, gostaria de responder ao líder da bancada do PSD, que, o senhor arquiteto pode ter, sinceramente, o elogio do elogiador mor. Há três anos que está na liderança dessa bancada e não há assembleia nenhuma, que não venha aqui dizer, que não há ninguém mais perfeito, melhor, mais competente, mais capaz, mais eficaz, só não diz mais bonito, tudo, não há adjetivos que cheguem para qualificar o senhor Presidente da Câmara. Ele é o melhor do mundo!

Como vocês têm muito tempo e os vinte minutos, também era muito elogio, agora dividem dez minutos para o Presidente da Câmara e dez minutos para o Primeiro-Ministro, que ainda agora começou, mas o homem já é fantástico.

Ele já fez coisas em três meses que ninguém fez em três séculos. Até projetos que este Governo já veio cá assinar, ou já estavam no frigorífico, ou então, são realmente mirabolantes.

Não se fala é das Moções, quando veio aqui a Moção para o “Hospital de Barcelos, já”, no tempo do anterior Governo tinha que ser logo.

A Assembleia Municipal de Barcelos, aprovou estes dias, a compra do terreno. Nem terreno havia, mas vocês já queriam o hospital feito.

Portanto, é inacreditável, a vossa capacidade e a capacidade do senhor arquiteto vir aqui elogiar o senhor Presidente da Câmara.

Lamento dizer-lhe que ele só vai estar cá mais um ano, só tem mais meia dúzia de sessões para o elogiar. Mas como ele não vai ser meu competidor nas próximas eleições, não vou perder muito tempo com isso. Aliás, eu até pensei sinceramente, que hoje quando chegássemos aqui,

já iam ver o senhor engenheiro Guilherme Emilio, na presidência da mesa. Porque eu vi os panfletos da AD para as eleições europeias e vi os três candidatos à frente, que eram o Bugalho, o dr. Paulo Cunha e o senhor arquiteto Benjamim Pereira, e eu pensei, ele vai para Bruxelas, quando chegar à próxima assembleia, já não o tenho.

Eu tenho andado pouco atento a estas sessões eleitorais, quando cheguei aqui e o vi, fiquei espantado, esperava vê-lo em Bruxelas e afinal estou a vê-lo aqui à minha frente. Quando eu pensava que agora só o ia ver pela televisão, tenho o prazer de o ver pessoalmente mais vezes.

É a chamada publicidade enganosa, põem na fotografia uns e depois vão outros.

Gostava de lhe dizer que, o que o senhor Presidente da Câmara e o que esta Câmara fez, na chamada iniciativa para os idosos, tão elogiada aqui nos Santos Populares, é das coisas mais vergonhosas que existe na democracia e na história da democracia esposendense.

Os Santos Populares são, que eu saiba, o Santo António a 13 de junho, o São João que foi a 24 de junho e o São Pedro que é a 29.

No dia 7 de junho, a dois dias das eleições europeias, pegarem nos senhores presidentes de junta, a regimentarem idosos novos, com deficiências, todos saudáveis, e levá-los para a Malafaia, onde andavam a fazer campanha, aqueles que metiam na caixa do correio a fotografia a dizer que era candidato à União Europeia, que pelos vistos não era, mas parecia, é uma coisa, que não há adjetivo, mesmo o senhor arquiteto que é pródigo em adjetivos elogiosos, dificilmente encontrará um adjetivo tão bom para isto.

É inacreditável, como é que a Câmara, a dois dias das eleições, faz um almoço supostamente comemorativo, que não era mais do que um ato de propaganda, um comício aberto, para a AD. É uma coisa inadmissível!

Se queriam fazer uma festa dos Santos Populares, nos moldes que o fizeram, que eu tenho dúvidas se fariam essa festa entre 13 de junho e 29 de junho, faziam-na sempre depois das eleições, nunca, a dois dias das eleições, isso é uma coisa vergonhosa!

Quanto às questões, elogiando também a vinda dos senhores membros do Governo, é sempre bom quando os membros do Governo vêm a Esposende, quanto mais não seja, põem Esposende no mapa, eu fico sempre contente com isso. Mas há uma coisa que eu gostava que o senhor arquiteto António Morgado, que elogiou tanto a vinda do Senhor Secretário de Estado do Ambiente a Esposende, e eu não vi nas notícias, tenho andado distraído, não vi, que ele tivesse ido ver a obra que está a ser feita na Foz do Neiva. Aquela famosa casa na Foz do Neiva, tem uma ocupação brutal relativamente ao que tinha no passado, ou aquele empreendimento brutal na Ramalha, em cima da Rede Natura, junto às dunas, na praia da Ramalha de Apúlia.

Porque levá-lo à barra, levá-lo a Cedovém, ou às Pedrinhas, isso já estamos fartos de ver, agora as obras autorizadas por esta Câmara, em zonas altamente sensíveis, aí é que era de levar o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, isso eu não vi. Eu gostava muito de ouvir a opinião do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, sobre essas obras magníficas no concelho, que só engrandecem o nosso concelho, segundo a perspetiva do PSD e, que, na nossa perspetiva, só prejudicam o concelho de Esposende.

Muito obrigado Senhor Presidente!"-----

Pelas 21 horas e 45 minutos, pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem o Voto de Pesar e a Recomendação apresentada.-----

Pelas 21 horas e 50 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação da Recomendação e do Voto de Pesar apresentado, tendo-se obtido as seguintes votações:

Pedi a palavra o Deputado Municipal Tito Evangelista, tendo referido, que normalmente não faziam intervenções para este tipo de Recomendações, mas sim declarações de voto, no entanto, e antecipou desde logo que o PS iria votar a favor, para não retirar força, porque achava que uma coisa eram as divergências políticas locais, outra coisa era a imagem que queriam transmitir, neste caso à Assembleia da República, que deveria ser em conjunto, sem divisões, numa matéria tão sensível, acrescentando que esta Recomendação lhe cheirava um bocado a hipocrisia. Porque o Senhor Presidente da Câmara, como tinha dito anteriormente o Deputado Marcelino Cunha, chamou à Câmara um processo que não era da Câmara, que era das Freguesias, criou uma super equipa com especialistas na matéria e, depois, as juntas todas, salvo Belinho e Mar, apresentaram lapsos na contabilidade e vieram os processos todos para trás, para serem corrigidos nas reuniões das Assembleias de Freguesia, de Junta de Freguesia, os elementos contabilísticos que foram enviados para lá. Mais referiu, que isso devia ter sido tudo escarpelado e visto antes de serem enviados os processos para Lisboa e, portanto, o PS iria votar a favor, podia ter dito isto numa declaração de voto, mas isso iria depois na ata, o que seria prejudicial para os interesses das Freguesias e de Esposende, mas gostava de deixar este reparo antes.-----

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu nos seguintes termos:

“Dado que a Assembleia Municipal também esteve envolvida, esclarecer que todos os processos, que são 90 e tal por cento, tiveram intervenções e tiveram que ser chamados novamente, com pedidos de esclarecimentos. Portanto, isto é um processo completamente normal, dentro de um processo de desagregação.”-----

1 - RECOMENDAÇÃO “PELA RÁPIDA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, COM VISTA À ACELERAÇÃO DE TODO ESTE PROCESSO, E DE MODO A QUE O MESMO ESTEJA CONCLUÍDO A TEMPO DO PRÓXIMO ATO ELEITORAL, DELA DANDO CONHECIMENTO À COMISSÃO DE PODER LOCAL E COESÃO TERRITORIAL – GRUPO DE TRABALHO FREGUESIAS, BEM COMO, A TODOS OS GRUPOS PARLAMENTARES COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E À DEPUTADA ÚNICA DO PAN NA AR.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Estando eu de acordo, desde o início, com a reversão integral do processo das Uniões de Freguesia, levado a cabo pelo governo PSD, vejo nesta recomendação uma tentativa do PSD em fazer mea culpa, dizendo agora ser contra as extinções por si promovidas.”-----

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA LIMA TORRES DA

CRUZ.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA LIMA TORRES DA CRUZ, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PS E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E INDEPENDENTES.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTE VOTO DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as votações, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Público presente,*

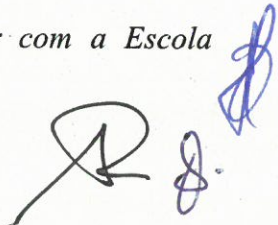
De forma muito breve, dando as respostas às questões que me foram colocadas, em primeiro lugar salientar também e saudar a apresentação relacionada com a freguesia de Forjães, apresentada pelo deputado Domingos Carvalho, considerando que estamos perante o trigésimo quinto aniversário de elevação a Vila.

Relembrar também, que foi com muita honra que fui Presidente de Junta durante um determinado período, nessa mesma freguesia, relembrar duas pessoas que foram muito importantes no desenvolvimento da freguesia e que não foram mencionadas no vídeo e relembro o Dr. Jorge Araújo e o Eng.º Couto dos Santos, tiveram um papel fundamental no desenvolvimento daquela terra, entre muitos outros, os beneméritos que existiram naturalmente e que foram aqui lembrados e naturalmente todos os Presidentes de Junta, todas as pessoas que exerceram cargos na Assembleia de Freguesia e nas Juntas de Freguesia, desde as eleições autárquicas de dezembro de 1976, para ser mais exato. Portanto, dar os parabéns a todos os forjanenses e em concreto ao Senhor Presidente da Junta, Vitor Quintão aqui presente.

Naturalmente alargar o convite que está feito para as comemorações que vão decorrer, com encerramento no próximo fim de semana, nas quais estarei presente.

Quanto às questões e à intervenção do senhor Deputado António Morgado, pelos vistos o maior elogiador dos Deputados Municipais, face aquele que é o maior criticador que é o senhor Deputado Tito Evangelista, mas assim lhe assiste fazê-lo, assim como assiste ao senhor Deputado também fazer a mesma coisa, faz parte do jogo político.

Apenas uma questão que é importante falar e esclarecer que tem a ver com a Escola



Secundária, efetivamente o documento que assinamos era de cerca de dezassete milhões de euros, mas depois há 1.6 milhões de euros que são de intervenção Municipal, são obras não ilegíveis e mais um milhão e qualquer coisa do Centro Tecnológico de Informática a instalar e é isto que faz os 20 milhões, depois ainda há os dois milhões e seiscentos mil da primeira intervenção que acrescem a tudo isto.

O que importa é que a apresentação pública do projeto ocorrerá, em princípio, porque carece de uma confirmação, no próximo dia 12 de julho por volta das 18 horas, na Escola Secundária ou no Auditório Municipal, cujo concurso público será lançado o mais breve possível.

Dos Centros de Saúde, apenas recordar uma coisa, porque temos que ter memória eu diversas vezes fui aqui acusado pela oposição de não fechar o processo de transferência de competências, que era uma vergonha, porque andava toda a gente a fazê-lo e nós não o fazíamos. E nós não fizemos porque não nos queriam dar nada, no fundo queriam-nos passar os encargos, os trabalhadores e a responsabilidade sobre os edifícios. Numa primeira fase nós fizemos um levantamento em todas as unidades de saúde do concelho e chegamos à conclusão que era preciso verbas perto de 4 milhões de euros para repor, sem a construção de um novo, apenas para reparações, porque o Estado durante anos a fio, desinvestiu nessas instalações ao ponto do encerramento da Unidade de Saúde de Apúlia, que fechou precisamente por falta de investimento. É preciso recordar quem esteve no Governo durante 8 anos, não podemos ter memória curta e nós não aceitamos essas competências, porque estivemos a negociar até o último dia, com muita pressão pelo meio, para conseguirmos o melhor possível para o nosso Município. Portanto agora também é justo, que reconheçam que se vamos ter um Centro de Saúde novo em Esposende. Se podemos fazer obras de requalificação nos restantes e se vamos fazer a obra de requalificação de mais de 1 milhão de euros na Unidade de Saúde de Apúlia, isso deveu-se precisamente a isso. Fui aqui muitas vezes acusado, porque havia uma solidariedade partidária da bancada do Partido Socialista, com o Governo que estava na altura em funções e, havia muito interesse que a Câmara fosse atrás daquilo que foi a proposta indecente que foi apresentada pelo Governo em funções. Nós não fomos, e hoje também temos que chamar a nós o mérito das obras que vão ser feitas. E era importante dizer isto para aqueles que estão menos informados em relação a estas matérias.

Quanto à presença do Senhor Secretário de Estado, foi muito bem-vindo, nós temos assuntos pendentes, mais uma vez, que não foram resolvidos durante os Governos anteriores e estou a falar de Cedovém e estou a falar da Barra em concreto, mas temos muitos outros infelizmente, relacionados com as questões do ambiente e, claro que, impunha-se que chamássemos o mais rápido possível aqui, os responsáveis da tutela, que lideram estes processos.

Assim fizemos, apresentamos os projetos, levamo-los aos locais para conhecerem a realidade e para perceberem da urgência das intervenções. Temos este momento já um novo pedido de audiência para uma evolução nesses processos, porque já existe evolução nesses processos.

Relembro aqui mais uma vez que não cabe ao município fazer este trabalho, isto é um trabalho da total responsabilidade da tutela, que se tem alheado completamente durante os últimos anos. Reparem, o projeto que existe para a Barra foi o Município que pagou e que avançou com ele, o projeto que existe para Cedovém-Pedrinhas foi o Município que avançou com ele e que o pagou. É completamente ridículo dizer isto, quem tinha a obrigação de o fazer era a tutela e não fez.

De resto, pedimos também uma audiência à Senhora Ministra do Ambiente, há dias, para tratar do fecho da ecovia, principalmente da ecovia litoral, mas também da ecovia do Cávado, que é um processo que está também pendente há muitos anos, a ver se conseguimos verbas, e

sensibilizar a Senhora Ministra também, para esta realidade. Portanto, dizendo com isto que, foi com muito gosto que tivemos aqui os membros do Governo, também é verdade que convidamos na altura membros do Governo anterior e falamos com eles sobre estes assuntos, a verdade é que nunca se resolveram. Também é verdade que, em alturas que eram convidados não apareciam, como foi na inauguração do Canal Intercetor, o que foi uma desconsideração para o Município de Esposende. Mas, as ações ficam com quem as pratica, do nosso lado, independentemente de qual fosse o partido, convidamos sempre para vir ao nosso território, para nos ajudarem a resolver os problemas. Se vinham ou não vinham, isso ficava do lado das pessoas convidadas.

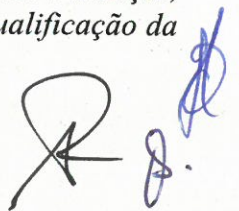
Do Senhor Deputado Francisco Melo, de facto, o “Brincar é coisa séria”, é uma iniciativa interessante do Município de Esposende, muito bem vista pela comunidade, escolher outro período do ano, poderá ser ponderado, mas isto tem sido falado com a comunidade escolar, educativa e, portanto, haverá aqui razões poderosas para que se mantenha nesta altura do ano, mas poderá eventualmente ser alterado, não é isso que está em causa, o que está em causa é a consistência do projeto e as ações do projeto.

A Assembleia Municipal jovem, de facto foi um momento maravilhoso aqui no nosso Município, ter os jovens a intervir e, no fundo, a colocarem as suas questões. Eu estive aqui até ao último minuto, pese embora até tivesse outros compromissos, mas fiz questão de ficar até ao final, para poder ouvir tudo o que tinham para propor e para poder dar respostas. Enfim, também num tom pedagógico, estávamos a falar para jovens e tentar explicar o funcionamento da própria assembleia, como é que as coisas funcionam, e incentivá-los à participação cívica, a estarem ligados às associações, a fazerem uma espécie de incubação daquilo que pode ser a sua ação política futura e, foi de facto, um momento extraordinário e muito belo que deve ser repetido quando for possível.

Quanto ao Conselho Municipal de Juventude não posso concordar consigo porque, em boa verdade havia um certo oportunismo político na proposta que apresentaram, porque nós já íamos fazer, o Senhor Vereador já tinha dito, votar a favor, uma proposta que já íamos fazer, simplesmente para ficarem com esse crédito, que não era vosso, que era nosso e que já estava a ser tratado, isso não faz qualquer sentido. Para vocês fazia, do ponto de vista político, para nós era vir dizer para fazer uma coisa que nós estávamos a fazer e isso não faz qualquer sentido.

Quanto aos cartazes, importa perceber uma coisa, os cartazes são informativos, quanto ao valor da obra, quem é o empreiteiro, meramente informativos. Contudo, desde que haja financiamento europeu, é obrigatório ficarem durante uns X anos, depende, não é igual para todos, mas há situações em que é preciso ficarem 5 anos pelo menos expostos, para que se saiba que foram obras pagas com fundos comunitários. Importa diferenciar, não estou a dizer com isto que não haja cartazes que tenham ficado e que devam ser removidos, são muitos felizmente, há muitas obras que foram feitas, mas poderá haver situações destas, em que é mesmo obrigatório permanecerem e é bom que as pessoas também saibam isso, para não os vandalizarem.

Quanto aos acidentes na Nacional 13, nós temos feito constantes contactos com a IP, e como sabem, estava prevista a requalificação da Nacional 13 desde 2014 no mínimo, e esteve prevista para 2014. Infelizmente as coisas evoluíram da forma que evoluíram, e, face aquela palavra que vocês se vão recordar que eram as cativações do atual Presidente do Banco de Portugal, que fez um grande trabalho em termos financeiros, enquanto Ministro das Finanças, só que deixou de investir e o Estado deixou de investir no país. E a obra da requalificação da



Nacional 13 nunca mais foi feita, até hoje, andamos nós agora em cima, tentar reativar o processo, mas a verdade é que a IP nunca mais investiu nessa estrada e, portanto, não há condições de segurança, é a estrada que temos. Com infraestruturas que estão a danificar o próprio pavimento, sem passeios, sem proteção nenhuma.

Estamos a tentar regressar a isso, lamentavelmente os Governos anteriores também não tiveram essa diligência para connosco, mas não foi só connosco, praticamente em todo o país não houve investimento nesta área.

Quanto à Moção para reduzir o prazo das obras na ponte, nós reunimos com a IP, aquilo que nos foi dito foi que, o prazo final da obra, a data prevista é 15 de dezembro. A obra não vai parar até lá, não estão previstos cortes integrais na via, a não ser durante 3 dias para efeitos de pavimentação da via, quando estiver totalmente recuperada em termos da estrutura metálica, precisarão de cortar 3 dias para a pavimentação, mas não está previsto nenhum corte durante o tempo de previsão da obra.

São as datas previstas, nós falamos sobre o reforço da sinalização, para evitar problemas, fazemos o que podemos dentro daquilo que é a nossa esfera de influência, mas não podemos fazer mais. Temos de ver também a evolução e tentar chegar mais acima, caso a situação seja incomportável e vêm aí tempos complicados, com o verão, com o aumento do trânsito, precisa mesmo de sinalização adicional.

Quanto à pavimentação de vias, falou em termos municipais, há vários locais a precisar, é um facto, nós temos uma grande estrutura viária no concelho, há sempre uma estrada ou outra que precisa de reparações, temos feito um grande esforço em termos gerais e está a ser preparado um plano de investimento na requalificação de vias, para arrancar no início do próximo ano. Os serviços da divisão de obras municipais estão a fazer um levantamento de todas essas vias que carecem de intervenções e, será lançado, um plano em termos municipais para fazer essas pavimentações.

Quanto ao museu D. Sebastião, não está subjacente nenhum tipo de aumento de custos, o museu D. Sebastião é para ficar exatamente no Forte São João Batista, só com a remodelação do espaço interior.

O que está previsto naquele espaço é ter o Centro Interpretativo do Parque Natural do Litoral Norte e daí, se chamar Centro de Divulgação Científica também, porque tem essa componente mais técnico-científica, um espaço multifuncional para precisamente apresentações de trabalhos científicos, que possam surgir. Recordo que isto foi feito e pensado no âmbito do Instituto Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia da Universidade do Minho, e vai ter esse espaço também, que pode ser utilizado de forma temporária, para ver alterações dos conteúdos, o resto do espaço aquilo que era um espaço mais museológico era para termos todo o espólio do achado de Belinho, tudo aquilo que nós fomos retirando do achado de Belinho, em vez de ir para Lisboa, porque nós sabemos o que é que ia acontecer, ia ficar lá armazenado num sítio qualquer, fomos tentando que esse material ficasse aqui em Esposende, para poder ser mostrado. Ora, acontece, que a datação da embarcação é coincidente precisamente com o período de vida de D. Sebastião, entre 1520 e 1580. Precisamente o período da data da embarcação. Há uma coincidência de todos os artefactos que lá aparecem, os próprios canhões, as balas dos canhões, espadas, fivelas de cintos, muitas outras coisas que estavam a ser transportadas por aquela embarcação vão saindo, são milhares de peças nesta altura, que nós queríamos que ficassem.

Ora, pareceu-nos que esse espaço expositivo não deixaria de ser mais um espaço apenas com o espólio existente de uma embarcação. Associá-lo a D. Sebastião, que foi quem nos deu a

carta Régia, não fomos buscar alguém que não tem nada a ver com o nosso território, nós somos Município hoje, porque em 19 de agosto de 1572, aquele homem nos deu essa possibilidade. Faz todo o sentido haver uma associação de D. Sebastião a esse facto, se fosse apenas um Museu Marítimo, e nós já temos um Museu Marítimo do Fórum, pequeno mas temos, qual é a novidade disso? A novidade é ter uma coisa que ninguém tem!

O conceito da inovação advém exatamente de ter algo que os outros não têm, para poderem cá vir visitar. Não quer dizer que os motivos serão necessariamente marítimos, terá a ver com isso, com a vivência da época, etc, mas é interessante essa abordagem. E, já agora, uma nota subliminar, que tem a ver com a publicação dos Lusíadas que é exatamente do ano em que nós tivemos a carta régia, julho de 1572, não deixa de ser uma coincidência curiosa, que pode ser também explorada. Isto foi falado com os serviços entende-se que há matéria para isso, hoje os museus não são tão físicos quanto isso, são muito virtuais, ou digitais se quiser, e é possível montar um espaço expositivo em conjunto com as peças que temos, do achado de Belinho e poder ter um espaço completamente distinto. E já agora, posso anunciar aqui, também só existiu esse upgrade no projeto, ou seja, não vamos aumentar ao edifício, porque nós já conseguimos financiamento para essa intervenção. Porque nós município, no âmbito da ITI do Cávado, na negociação do Norte 2030, alocamos à obra do Forte São João Batista, uma verba na ordem dos dois milhões de euros, portanto, o que estamos aqui a falar não é ficção, são coisas que vão acontecer brevemente. Aliás, o projeto será apresentado muito em breve e posso até adiantar, como veem lá, há escavações neste momento a decorrer naquele local, o que estamos lá a escavar neste momento, tem a ver com as fundações do Forte antigo, portanto, tem uma parte que ainda está construída, outra parte foi desmontada e as pedras foram usadas em várias obras, nomeadamente naquela estrutura da Barra, e estão lá as fundações. Nós já adivinhávamos que elas lá estivessem, fez-se um levantamento, percebeu-se que havia estruturas enterradas, avançamos com o procedimento, contratamos empresas qualificadas para fazer esse trabalho e estão a fazer a escavação.

Neste momento já houve reuniões entre a tutela e os projetistas, estão a adaptar o projeto, sendo que, esses elementos não impedem a construção, muito pelo contrário, podem vir a ser integrados na própria construção e serem uma mais-valia para o próprio projeto.

Só para explicar que estas coisas são pensadas, são estruturadas e são apresentadas naturalmente à população, como deve ser.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Marcelino Cunha, posso acrescentar uma coisa, as comemorações do 25 de abril, nós entendemos que as devíamos fazer, não posso deixar de lamentar a falta de participação, mesmo de elementos políticos eleitos. Eu acho que as pessoas devem aparecer, isto não é uma comemoração partidária, tem a ver com um momento importante do nosso país e, portanto, as pessoas devem aparecer na medida do possível, fazer um esforço, naturalmente que eu sei que pode não ser possível por razões de saúde, como alguém disse, mas, quando é possível as pessoas devem aparecer e devem participar que são todos muito bem-vindos.

Quanto à questão do Largo Rodrigues Sampaio colocou-me aqui um dilema, porque eu não posso fazer mais nada, porque ao lado vai aparecer sempre alguma coisa por fazer, portanto, nós fizemos aquela intervenção, a nossa intenção não é ficar por ali naturalmente. Há muitas outras coisas para fazer, mas, também não podemos fazer tudo na cidade, temos mais 14 freguesias onde é preciso investir e muita coisa tem sido feita aqui por este por estes lados. Portanto, é uma acusação da qual eu não me consigo defender porque, nós não vamos fazer obras em todas as ruas envolventes ao Largo Rodrigues Sampaio, por mais que queiramos.

Embora, também não me parece que estejam assim tão mal. Há zonas aqui na cidade que precisariam de uma repavimentação, etc, e está previsto um plano ligado à componente das acessibilidades, para eliminar alguns passeios, passar a ter tudo áreas passíveis de serem percorridas por peões, basicamente zonas mistas como temos lá no Largo Rodrigues Sampaio, que é o modelo mais adequado para que as pessoas possam circular, com cadeiras de rodas, ou pessoas com limitações físicas e carrinhos de bebé também. É uma situação que é preciso ser acautelada, ou seja, basicamente é a eliminação de barreiras arquitetónicas é disso que estamos a falar, mas não pode ser tudo ao mesmo tempo. E, importa dizer que os fundos comunitários também não nos deram dinheiro para isso desta vez, para requalificação urbana nesse contexto.

De resto, de obras nem vale a pena falar, desde o Parque da Cidade, há muitas obras a decorrer neste momento e outras que estão para começar, outras estão a ser financiadas, relembro a obra do IPCA que está praticamente a ser concluída, é uma obra importantíssima, sendo que a sua entrada em funcionamento, será no próximo ano letivo, garantidamente.

Depois o Forte S. João Batista como aqui já falei, a zona Desportiva Municipal que será apresentada em breve, as escolas, e não é só uma, há outras escolas a precisarem de intervenções e outras que estão a ser intervencionadas neste momento. O Centro Escolar de Forjães está com uma obra de trezentos mil euros neste momento, para requalificação, para resolver alguns problemas que existem no edifício, os Centros de Saúde é o que acabamos de apresentar há dias, o Mercado da Apúlia, é uma obra que está neste momento à espera dos pareceres da Agência Portuguesa do Ambiente, tudo o que tem a ver com habitação, desde a requalificação dos bairros, cujos projetos estão prontos e serão apresentados muito em breve, até aos 5 loteamentos nas 5 freguesias que foram aqui referidas num passado recente, até ao edifício para alojar as pessoas de Cedovém também, na zona de Cedovém.

Portanto, há muita coisa a acontecer nos últimos tempos, felizmente nós tínhamos, também fui muito criticado aqui por fazer projetos, por andar a gastar dinheiro em projetos, quando aprovavam o orçamento, perguntavam para que é que é mais 1 milhão de euros para projetos, mas agora, percebem para que é que serviam os projetos. Porque tendo os projetos prontos, somos dos primeiros a aparecer e a avançar com as obras e isso dá-nos uma vantagem enorme, perante os demais que estão agora a começar a pensar nos projetos e com os procedimentos de adjudicação, até terem os projetos, até conseguirem fazer as coisas, provavelmente não executam dentro do prazo do PRR, que é até junho de 2026.

Mas isso já o disse aqui muitas vezes, mas convém lembrar para que percebam que tínhamos razão quando tomamos essas opções.

Quanto às freguesias, isto foi claramente uma precipitação, é mais uma notícia fantasiosa para criar confusão nas pessoas. O que aconteceu foi que existia uma Comissão, quando caiu o Governo, caiu a Comissão, há um novo Governo foi nomeada uma nova Comissão, o que é normal e, essa comissão reuniu a primeira vez e deliberou voltar a ativar todo o processo, e um jornalista quis fazer o seu trabalho e disse há 9 que estão bem e depois não sei quantas outras que não estão bem. Mas esqueceram-se de dizer, que pediram esclarecimentos à Assembleia e às Assembleias de Freguesia, foram dados, mas ainda não foram analisados. Não é verdade que sejam apenas 9, nós acreditamos que possam ser todas até.

Vamos ter calma e aguardar, porque é claramente uma notícia, descontextualizada.

Em tempo próprio, segundo uma comunicação formal feita hoje à Assembleia, da qual me foi dado conhecimento, a dizer exatamente isso que eu estou aqui a dizer, que não foram analisados, que vão agora nomear os técnicos da Comissão, porque a Comissão é política, vão

nomear os técnicos para analisarem os processos para depois comunicarem.

Já agora, a informação que eu tenho, é que será emitida uma ata final, de todos os pedidos de desagregação e não vai ser uma a uma, para afastar aquela ideia de que já pode avançar um processo, pode avançar outro. Aquilo que está acordado entre todas as forças políticas que fazem parte dessa Comissão, é que será gerada uma ata final, única, em que dirão quais são as que podem desagregar e para as quais pode haver uma iniciativa legislativa, uma a uma, desagregação a desagregação, ou não, ou aquelas que não cumprem os requisitos legais, para serem desagregadas.

É a informação que temos e damo-la como boa. No entanto, importa fazer em tempo próprio, e por isso é que aparece aqui a Moção que nós apresentamos na Câmara Municipal e aqui para pressionarmos um pouco essa Comissão, para que desenvolva o seu trabalho, a ver se ainda conseguimos desagregar a tempo do próximo ato eleitoral autárquico.

De resto, o mandato está a aproximar-se do final, ficamos a saber que o Dr. Tito Evangelista vai ser candidato, porque ele disse que eu não ia ser adversário dele, eu não vou ser de certeza que eu não posso, mas se se está a dar como candidato, ficamos a saber que o Dr. Tito vai ser candidato.

Quanto aos sanitários públicos, não deixa de ser uma preocupação, várias freguesias têm esse assunto resolvido, são sempre gestões difíceis desses espaços, acabamos por dar um apoio até às juntas de freguesia para a gestão, não é uma situação muito simples, é uma preocupação legítima e que preocupará com toda a certeza, as populações.

Quanto à habitação, disse haver gente a mais, olhe encontrou uma solução para a habitação, que eu não tinha pensado. De facto, é verdade, se mandarmos as pessoas embora deixamos de ter problemas de habitação.

Mas nós vamos fazer alguma habitação, no mínimo 104 habitações estão previstas e esperamos que também o setor privado ajude a resolver este problema.

Muito obrigado!"-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Paulo Jorge Lopes Sousa, que em síntese disse:

“Boa tarde a todos,

Obrigado por esta oportunidade, queria colocar aqui algumas questões que não tenho conseguido ver respondidas pelos serviços da Câmara, têm quase 1 ano algumas delas e esquecem-se de responder aos e-mails infelizmente e outras que é a primeira vez que as vou colocar, em 5 minutos vou tentar então.

Relativamente ao problema de estacionamento de Apúlia neste caso, é lá que moro, a Câmara Municipal tem algum reboque?

Já pensou em comprar?

O que é que fazem quando o estacionamento abusivo impede a passagem do dia a dia normal dos moradores e dos serviços públicos, como sendo autocarros.

É frequente no verão os autocarros serem impedidos de passar. O ano passado 2 horas lá esteve um autocarro parado, a GNR chegou não tem reboque, a Câmara também não resolveu de maneira nenhuma, até chegar o condutor, depois leva uma autuação de 30,00€ e as pessoas vêm a vida adiada 2 horas.

Qual é a intervenção pensada para a variante, quando digo a variante lá de Apúlia, é aquela junto às bombas de gasolina-Ramalha, até ao tal empreendimento que um dos senhores deputados falou, está ali uma bela obra, isto porquê, eu habito naquele condomínio vermelho, o meu filho está na creche junto à escola e eu não o consigo ir buscar a pé. Porque o estacionamento dos clientes do restaurante e veraneantes, impedem a passagem de dezenas de pessoas diariamente. Não sei se conhecem a variante ou não, duvido que conheçam, porque senão a situação estava resolvida, de certeza que o Senhor Presidente da Junta já fez aqui chegar a situação. A via agrícola é usada diariamente como ciclovia, para passear os cães, para fazer jogging, para levar o lixo, etc, e, tenho sido eu, vai fazer um ano agora em setembro, a chatear a GNR, a GNR empurra para a Câmara, a Câmara só me respondeu quando vim, 6 dias consecutivos escrever no livro de reclamações, meteu lá um sinal que foi derrubado ao fim de 5 dias, ainda não está de novo, mas deram-me garantias que ia ser instalado esta semana mas não resolve. Julgo que, falaram em tantas infraestruturas para permitir a passagem de viaturas e peões, no mínimo uns pinos ou algo do género, porque aquilo acaba por ser uma ciclovia e se prolongassem aqueles 300 metros resolviam esse problema, porque eu não sou obrigado a sair de carro de casa, e quando ligo para a GNR dizem que não podem multar porque a sinalização é deficiente e o plano de sinalização rodoviária Municipal tenho a certeza que prevê para lá o C16 nos dois sentidos e, convenientemente, faltam os sinais e não são repostos.

Depois, relativamente ao acesso do condomínio, antes de ser embargada a obra, tinha um acesso direto para a variante, a Câmara diz que não pode ter acesso direto à variante, acontece que, se eu tiver um trator e fizer o acesso do lado esquerdo, eu posso aceder à variante diretamente e posso inverter a marcha, se eu tiver um carro ligeiro, que é muito mais lento que um trator, estou a ser irónico, não posso! Tenho que fazer a via agrícola, 300, 400 metros, tenho que me cruzar com todo o tipo de gente, a fazer jogging, com carrinhos de bebés, com cães, a levar o lixo, uma estrada que é reservada para passar um carro, que está em mau estado, o Senhor Presidente da Junta vai tapando os buracos com cuspe (perdoem-me a expressão) ainda não rebentei lá um pneu porque não calhou e, dizem-me que está prevista uma intervenção de fundo para a Variante, mas como sempre, de todas as intervenções que eu ouvi aqui respostas, não ouvi uma data. Em breve, este ano, para o ano, mas não se vê aqui nada palpável, infelizmente.

Como habitante naquele condomínio, também tem lá um malogrado canal de águas pluviais, que a última limpeza que foi feita, penso que foi provida pela junta a muito custo, porque depois têm muito serviço para fazer. Gostaria de saber o que é que a Câmara tem previsto para ali, se há alguma limpeza periódica prevista, se só quando aquilo ficar atolado é que limpam, porque depois junta muitos insetos e é muito desagradável lá estar.

Depois, ainda sobre a via agrícola, eu mandei um vídeo, tive uma troca de e-mails com o senhor Pedro Capitão, por causa do camião da recolha do Ecoponto, que, uma vez que não tem acesso para a variante, tem o tal lancil, o que ele faz, se depois o Senhor Presidente quiser ver o vídeo, pode falar com o senhor Pedro Capitão que ele tem o vídeo no e-mail, o camião o que faz é, passa o lancil, corta a variante, depois de estabilizar o camião, arranca e vai à vida dele. Por acaso o vídeo que fiz, apanha precisamente um carro que teve que parar a marcha,

para não bater no camião e segue a vida feliz e contente.

Resposta do senhor Pedro Capitão: “vão trocar os contentores de sítio”.

Ou seja, abertura para a variante está fora de questão, não sei porquê, se calhar tenho que comprar um trator. O trator pode passar o lancil e fã-lo todos os dias, eu não posso, e então tenho que me cruzar com as pessoas no dia a dia.

E depois a praia, que é o que a Apúlia tem de bom, Esposende reconhece porque usa os moinhos, no seu cartão de visita, portanto, dá valor aquilo, a praia só existe depois da época balnear abrir.

As máquinas andaram lá até à quinta-feira, até dia 13, por pirraça da Câmara que não queria fazer a rampa dos Pescadores, que está no meio de uma concessão, depois de uma reunião que atrasou todos os trabalhos, lá cedeu e fez a rampa, andaram lá as máquinas até dia 13, não percebo porque é que não podem fazer mais cedo, a praia não apareceu há 2 ou 3 anos. Portanto, devia haver um planeamento e não há e depois aí, se calhar já um bocadinho para a Junta de Freguesia, mas depois tem a limitação dos valores, é mau quando acham que o verão é só em junho, porque quando há sol e feriados, peço desculpa senhor Presidente, as pessoas vão à praia. E, quando vão à praia, é mau e já falaram aqui, fazem as necessidades a céu aberto e as casas de banho estão lá o ano todo, é preciso é abrir e, se calhar, verba para limpar, que não é assim tanto como isso, porque há 30 dias de sol fora do verão, não é assim tão caro, mas se calhar para um orçamento curto, como o da Junta de Freguesia, é bastante. Obrigado.”-----

Questionado o Senhor Presidente da Câmara se respondia ao munícipe, o mesmo referiu tratarem-se de questões técnicas, pelo que, remeteria aos serviços da Câmara para resolverem e para apresentarem as justificações ao munícipe com as respostas devidas.

Mais referiu, para complementar a sua resposta:

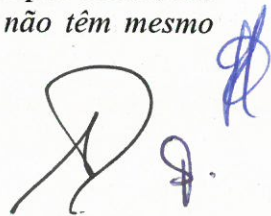
“Há aqui questões que são colocadas, que têm a ver com vivências específicas de situações, não podem estar à espera de que o Presidente da Câmara saiba o que é que aconteceu, com quem é que falou, se a máquina anda na rua ou não, ou se anda na praia, eu não tenho esse tipo de informação, como é evidente. Isto carece, para sermos sérios e podermos responder às advertências que são feitas, e admito que algumas possam fazer sentido, como é evidente, não estamos a negar isso, mas isto carece de ser analisado, com calma e tomadas as decisões. A situação da variante de Apúlia, é uma situação estabilizada, desde há 20 anos sensivelmente, altura em que foi construída, não é possível abrir saídas diretas para a variante, porque isso colocaria em risco as pessoas que fazem essa manobra. Se os tratores o fazem, fazem mal, não o deviam fazer, certamente que se as autoridades perceberem isso, vão autuá-los, carece de uma solução se calhar, do ponto de vista urbanístico, muito mais pensada, alargando a própria via, criando outro tipo de acessibilidades, não é o tipo de coisa que se possa responder assim, sem pensar:

primeiro no estudo técnico da questão;

segundo nos custos da mesma.

Eu compreendo e agradeço a participação, que é para isso que servem as Assembleias Municipais, mas há coisas que eu não posso responder.

Os reboques por exemplo, a responsabilidade pela fiscalização do estacionamento é da Guarda Nacional Republicana, nós não temos Polícia Municipal sequer, não temos reboque e a responsabilidade pela contração de reboque é da própria Guarda Nacional Republicana, até de ter os próprios desbloqueadores. Se as autoridades estão sem meios se, não têm mesmo



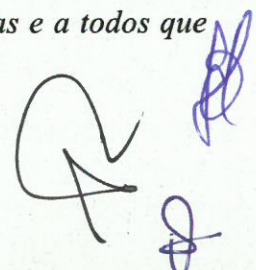
peçoal para fazer o trabalho como nós sabemos, e infelizmente é uma realidade, e nós sofremos imenso com as questões do trânsito no Município de Esposende. Há muitos anos que queríamos uma variante na zona do Ofir, que resolvesse os problemas, a variante norte de Apúlia que tem sido muito falada aqui na própria assembleia, queríamos nós resolver estes problemas. Há limitações, quem vive numa zona como Apúlia, como Fão, como Cepães, tem limitações próprias nas alturas balneares, com o excesso de viaturas, com o excesso de população, é um facto. Tentamos fazer o nosso melhor, o ano passado colocamos autocarros a fazer esses serviços para que as pessoas não tenham que levar as viaturas, tentar diminuir ao máximo, não é possível. Colocamos um sinal, partiram o sinal, a culpa é da Câmara?

A Câmara saiu lesada com a colocação do sinal que também custou dinheiro, vamos colocar outro e a seguir outro e outro, porque, o que é que nós vamos fazer? Não vamos pôr um polícia à beira do sinal. Agora, lamentamos que isso aconteça, como é evidente e queremos criar as melhores condições, vamos tentar encontrar soluções, que possam responder às questões apresentadas da melhor forma possível. Mas não é em catadupa, com uma série de considerações, que também, não acho que sejam muito justas, em relação ao trabalho do engenheiro Pedro Capitão. Nós temos uma gestão de praias, a gestão possível há muitos anos, reconhecida pelas autoridades como uma excelente gestão, com praias de bandeira azul, com praias de qualidade de ouro, enfim, há situações complicadas, há a gestão de uma praia com atividade piscatória, é muito complexa, nós sabemos o que acontece em Apúlia. Os barcos saem da praia e entram pela praia dentro, perto das zonas concessionadas, é uma guerra permanente com a Autoridade Marítima e com a Capitania de Viana do Castelo, que tem gestão aqui no nosso território, tentamos ultrapassar as situações, do que eu sei, aqui a birra era mais do concessionário, do que propriamente do município, colocamos as nossas máquinas a fazer um trabalho, que em boa verdade, nem deveríamos ser nós a fazer. Mas, para facilitar a vida às pessoas, tem que haver também algum conhecimento mais profundo das situações, para perceber quem tem efetivamente as responsabilidades, para não sermos aqui o saco de pancada, de coisas que como digo, nós não temos responsabilidade e também somos reivindicativos, nós também reivindicamos as duas coisas, queria eu que tivéssemos um Porto de Pesca em Apúlia, onde as embarcações de pesca pudessem estar acostadas e entrassem diretamente numa determinada zona e não interferissem com as zonas concessionadas. Mas a nossa realidade desde sempre, foi sempre essa e, portanto, nós também não estamos a dormir, estamos aqui há muitos anos, sabemos dessas realidades e temos que lidar com isso, como é evidente e tentar minimizar os impactos obviamente, é por isso que estamos aqui.”-----

O Presidente da Mesa referiu que não era obrigatório dar as respostas na própria sessão, quando não havia capacidade para tal, por isso é que estimulavam para que as pessoas fizessem a inscrição previamente, colocando as questões e os assuntos antecipadamente, por forma a ser dado conhecimento ao executivo.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

“Obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal, uma saudação a todas e a todos que se encontram aqui nesta sala.



Em 25 de abril de 97, por altura das comemorações do 23º aniversário da Revolução dos Cravos, foi inaugurado o monumento à liberdade na Escola Secundária Henrique Medina.

Falo-vos de uma escultura com pedestal e sapata em betão armado, segundo o que li no jornal, a notícia há época, com sete toneladas, encimada por gaivotas estilizadas em ferro. Gaivotas essas, que passaram a ser o logotipo da referida Escola Henrique Medina.

Foi, nas palavras do então e assim designado, Presidente do Conselho Diretivo, Joaquim Vinhas e cito: “um projeto exemplar, verdadeiro projeto de aprendizagens modernas, de aprendizagens coletivas, de participação conjunta de vários atores educativos” e, acabo de citar o Professor Joaquim Vinhas. Mas foi, um sonho do saudoso professor João Machado, que aproveito aqui, para até, me referir a ele com muita saudade, pela pessoa que era, pelo professor que era. E que contou este sonho, na factualização desta escultura, com professores, com alunos, com auxiliares da ação educativa, hoje chamados assistentes operacionais.

Ora, aquando da primeira fase da requalificação da Escola Henrique Medina, a referida escultura foi retirada e até o momento, depois de muito indagar, de muito perguntar, ainda não foi recolocada no sítio onde deverá estar.

Também uma geração de alunos, juntamente com o professor Vilares Pires, estão cá membros desta assembleia que se lembrarão dele, professor e artista plástico, que hoje está no Algarve, no início dos anos 90, conceberam uma pintura mural, que foi feita e permaneceu durante muito tempo na fachada central do então bloco A, da Escola Henrique Medina.

Portanto, estou aqui a falar-vos de património artístico, cultural, pictórico e escultório. Património da Escola Henrique Medina, dos seus atores educativos, das gentes deste concelho, património deste o município.

E, pergunto então ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que, a Câmara, o Município, foi dono da obra, ou realizou a obra, em parceria admito, com o Ministério da Educação, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, onde está a escultura, monumento da Liberdade ou à Liberdade?

Onde está a pintura mural, se houve algum cuidado em fotografar, em guardar um registo, uma memória para repor essa pintura mural?

Se vai ou não, a Câmara Municipal recolocar na sua integralidade, a dita escultura, porque não interessa um arremedo, não é como destruir, imagine por qualquer razão, a estátua do Marquês de Pombal e depois, colocar lá um arremedo da estátua Marquês de Pombal em Lisboa. Imagine que há ali umas obras e depois coloca-se ali uma coisa qualquer.

Portanto, a colocação na sua integralidade, desta escultura.

Quanto à pintura, se vai ou não a Câmara repor a mesma.

É que, Senhor Presidente desta Assembleia,

Câmara Municipal,

Membros desta Assembleia,

é que, se não o fizer, e se não o fizer creio eu a breve trecho, estamos perante atos de verdadeira destruição de património artístico e cultural e perante, se não o fizer e sublinho, perante um desrespeito pelo amor criativo e artístico, desrespeito pelos seus autores, pela memória do professor João Machado.

Desrespeito por um monumento à liberdade, um monumento que também foi um monumento ao 25 de abril e, o que é mais grave, é que se esta escultura, se esta pintura mural desapareceram para sempre, é muito grave que isso aconteça quando estamos a comemorar os 50 anos do 25 de abril.

E eu, Senhor Presidente vou terminar, eu não quero, acho que o Senhor Presidente da Câmara também não quer, associar o seu nome, a este enfim, eventual atentado ao nosso património. Estou mesmo certo de que o Senhor Presidente da Câmara, não desejará mesmo, ficar associado a páginas negras ou desmandos contra o nosso património cultural, contra este concreto património.

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, eu não tenho informação para dar acerca disso, foram feitos levantamentos arquitetónicos, pelos projetistas da primeira fase do projeto e, nunca me falaram dessa situação da escultura, mas vamos indagar para saber o que é que se passou, quer pela parte da escultura, quer da pintura. Não foi removida certamente por questões ideológicas, foi por questões de intervenção no espaço, estamos nesta altura a preparar uma segunda intervenção no espaço, parece-me perfeitamente razoável que esses elementos regressem à escola. Mas, não tenho mais para lhe dizer neste momento, que não sei, não me informaram, ninguém me pediu autorização para retirar, também não sei se tinham que pedir, porque era um espaço gerido pela DGEstE, como bem sabe. No entanto, a intervenção como disse e muito bem, foi partilhada entre o Município e a Tutela, mas vou indagar para saber exatamente o que é que se está a passar e comprometo-me a dar-lhe uma resposta também.”---

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

03.01 - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS – ANO DE 2023, DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de junho de 2024, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório e Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2023. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DE TODOS OS

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA E, 7 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO CDS-PP E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR O RELATÓRIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2023.-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra desde logo por uma questão de coerência com as nossas posições anteriores sobre a matéria. Somos contra documentos que correspondem a uma visão completamente contrária sobre o modo de gerir o Município, não seria coerente votar favoravelmente as contas dessa política errada. Mas mesmo que votássemos a favor desse Plano e Orçamento Municipal, teríamos agora de votar contra. É que as contas aprovadas pelo executivo são a confissão absoluta dos falhanços da Câmara, da sua incompetência e do Grupo Municipal.

Uma Câmara ilusionista que todos os anos tira da cartola uma quantidade de obras, de investimentos, mas que no final só executou metade daquilo que se tinha proposto e que tinha prometido concretizar. Ou seja, uma Câmara que demonstra que tudo não passava de uns truques promovidos por propaganda paga por todos nós.

Todos os anos se faz o repetido número da ilusão, de que a Câmara é uma gestora sem igual.

Elogios sucessivos, que tem um saldo de vários milhões, que transitaram de um ano para o outro e vão engrossar o já volumoso valor, de muitos milhões do orçamento do ano seguinte.

Nada mais do que um truque.

O gestor porque foi incompetente e não conseguiu cumprir os investimentos do Município que tinha prometido, e que havia assumido fazer no Plano e Orçamento, tem que transferir para o ano seguinte o dinheiro das obras que não foi capaz de fazer, e então, transforma o fracasso no milagre da multiplicação dos milhões.

É um verdadeiro insulto à inteligência de quem pensa.

Por último, para não dizerem que somos céticos, porque não nos acreditamos nos ilusionistas, é conveniente ler o parecer do Revisor Oficial de Contas, com as reservas que lhes apontou.

Por todos os fundamentos mencionados, o Partido Socialista só pode votar contra.”-----

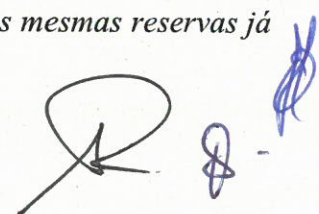
Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“A minha orientação de voto prende-se com o facto de a componente maior no grupo público ser a do município, e, nesse sentido, reforço a baixa execução no investimento previsto por parte do município assim como a recorrente chamada de atenção por parte do ROC quanto à não inventariação do património municipal.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Em harmonia com o sentido de voto expressado aquando da votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Esposende - Ano de 2023, o CDS vota contra o relatório e prestação de contas consolidadas – Ano de 2023, do Grupo Público do Município de Esposende.

Em síntese, do ponto de vista político, as contas do Grupo merecem-nos as mesmas reservas já



apontadas às contas do Município, desde a fraca taxa de execução do orçamento, que já se vai tornando num clássico de ano para ano, passando pela incapacidade de, até hoje, não se ter ainda conseguido completar a inventariação e avaliação do património do Município, o que é inconcebível.

Sublinhamos ainda o aumento da receita fiscal, em particular no que se refere à taxa de participação no IRS, valor que é retirado aos contribuintes esposendenses e do qual, como abundantemente vimos propondo, o Município poderia abdicar, no todo ou em parte.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal porquanto:

Gerir a coisa pública é algo que implica nunca colocar em causa a sustentabilidade financeira das instituições. Nessa lógica de gestão, o executivo tem feito da sustentabilidade financeira do município a sua imagem de marca. Uma vez mais, 2023 não foi exceção.

Apesar da difícil conjuntura internacional que influenciou de forma evidente e decisiva aquilo que foram os custos operacionais necessários para a execução dos investimentos propostos no orçamento aprovado em 2022, nomeadamente derivado da subida dos preços de serviços e bens, associado ao facto da redução dos montantes das transferências vindas do orçamento do estado para os municípios e do aumento da despesa derivado das transferências de competências levadas a cabo pelo estado, mesmo assim o município conseguiu atingir valores de execução assinaláveis, assegurando um resultado líquido positivo do exercício em 2023.

Uma gestão que permitiu aumentar o ativo do Grupo Público Municipal em cerca de 3.96M de euros comparativamente ao ano de 2022, apesar dos atrasos registados na implementação do PRR e do PT 2030 que, por sua vez, influenciou negativamente a execução do PPI.

Em suma, pela análise do documento, o Grupo Público Municipal apresenta uma vez mais, uma situação financeira estabilizada e saudável, refletindo desse modo o rigor e a responsabilidade na gestão e na aplicação dos dinheiros públicos por parte do executivo e das administrações das empresas municipais, principalmente naquilo que são os objetivos prosseguidos pelo Grupo Público Municipal.”-----

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2024, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 28º E 29º DA LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, APROVADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de junho de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2024, nos termos referidos na proposta, ao abrigo do disposto nos artigos 28º e 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Deputada Municipal Marta Viana, do Grupo Político do CDS-PP solicitado esclarecimentos sobre o documento apresentado, questionando se teria sido alguma gralha no documento, ou se efetivamente a Câmara ia ter o maior Departamento de Design da zona norte, uma vez que, estavam contemplados 4 postos para a Câmara, tendo 2 já

atribuídos, no entanto, mencionava estarem mais 2 postos vagos. Pelo que, solicitou esclarecimentos sobre se realmente compensava ter um departamento com tantos postos, ou se, teria sido um erro no documento.

O Senhor Presidente da Câmara ficou de se informar da situação e de esclarecer a Senhora Deputada, uma vez que, não sabia o que é que estava na origem de tal situação, referindo, contudo, que nem sequer estava em causa a situação referida pela Senhora Deputada, pelo que, não tinha conhecimento da mesma, mas iria tentar saber em tempo próprio.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2024, NOS TERMOS DESCRITOS NA PROPOSTA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Com a alteração agora efetuada, só a Câmara, aproxima-se dos 600 lugares previstos no quadro. A estes temos de juntar os funcionários das instituições municipais, como a Esposende Ambiente, Esposende 2000, Zendensino, etc, bem como contratados, avençados, prestadores de serviços, a que acrescem os funcionários da Junta de Freguesia, em suma todos aqueles que se encontram ao serviço e pagos pelos municípios. Ou seja, o universo do emprego Municipal ronda as 1000 pessoas o que num concelho como o de Esposende é elevadíssimo e trágico, porque percentagem elevada de funcionários municipais, no todo da população ativa, é um sinal de atraso económico. É próprio dos concelhos do interior, sem desenvolvimento económico, e de débil tecido empresarial.

Não venham com a desculpa da grande alteração resultante da receção na Câmara, dos funcionários do Estado, no âmbito da transferência de competências, para o município, uma vez que isso não explica tudo. Na verdade, a Câmara, apesar do regimento de funcionários ao seu serviço, manda fazer e contrata, externamente, elevadíssimo número de trabalhos e serviços, que podiam e deviam ser realizados pelos seus muitos funcionários.

Esposende está a consumir em despesas correntes o que devia ser destinado ao investimento, muitas vezes com gastos absurdos, para um concelho com a dimensão do nosso.

Como já referimos, todos os funcionários e contratados, direta ou indiretamente, no âmbito autárquico de Esposende, ronda um milhar e se tivermos em conta as famílias, atinge alguns milhares de pessoas, o que num concelho da dimensão do nosso, provoca uma grave municipalização da sociedade civil, pelas ramificações, com instituições subsídio dependentes da Câmara.

Como já igualmente referimos, está estabelecido em Esposende, a existência de graves condicionamentos à livre participação política, resultante da dependência profissional, económica e financeira, de elevado número de cidadãos, que direta e indiretamente, estão de facto inibidos de intervir politicamente, inviabilizando uma verdadeira alternância. Daí que em Esposende a democracia participativa seja uma mera formalidade, promovida e cultivada

pela maioria, para se auto perpetuar no poder, por tudo isso, obviamente votamos contra.”----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS COMPETÊNCIAS A MANTER NO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO Nº 4 DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de junho de 2024, foi presente na sessão para aprovação, proposta no sentido de manter no âmbito de intervenção do município, as competências constantes das alíneas g) a m) do nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei número 57/2019, de 30 de abril, bem como da gestão do Mercado Municipal de Esposende e da Feira. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DE MANTER NO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO, AS COMPETÊNCIAS CONSTANTES DAS ALÍNEAS G) A M) DO Nº 1 DO ARTIGO 2º DO DECRETO-LEI NÚMERO 57/2019, DE 30 DE ABRIL, BEM COMO DA GESTÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE ESPOSENDE E DA FEIRA, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Esta proposta demonstra como esta Câmara é uma Câmara centralista que por si, e por sua vontade, tinha todas as competências possíveis e imaginárias dentro da área do município e não transferia competências nenhuma para as freguesias.

Para termos em conta o que está aqui em causa, e os senhores Presidentes de Junta que aqui estão, todos concordaram que a Câmara fique com as competências todas, que aqui estão e não querem nenhuma destas. Eu vou dizer só uma delas, que tem uma enormíssima complexidade técnica, e que implica uma grande responsabilidade da Junta de Freguesia, que é esta: “autorizar a realização de acampamentos ocasionais”. Vejam só, que competência tão complexa para uma junta, que não a quer aceitar, autorizar um acampamento ocasional.

É realmente uma dificuldade imensa, é preciso ter técnicos altamente qualificados, para definir isto. E eu acho impressionante como é que os executivos das Juntas que são todas PSD, como disse o senhor Presidente da Câmara logo após as eleições, aceitaram não receber estas competências e que a Câmara ficasse com elas, e há outras, podia lê-las todas e algumas também não têm dificuldade nenhuma, esta, pelo ridículo, na minha ótica, eu enfatizei, mas, já

se sabe que isto foi tudo combinado entre a Câmara e os senhores Presidentes de Junta, porque os senhores Presidentes de Junta não têm capacidade, nem vontade de dizer não ao senhor Presidente da Câmara, aliás, há uma junta que nem se deu ao trabalho de mandar isto em impresso próprio, até preencheu à mão o espaço em branco, que já foi formatado e, portanto, o PS só pode votar contra esta proposta, que é uma proposta centralista, de quem não quer transferir competências nenhuma para as Junta de Freguesia, porque já no anterior mandato, foi pedido que fossem transferidas competências, nomeadamente para a Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão e o senhor Presidente da Câmara nunca o fez.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal porquanto:

Tendo em consideração que as competências propostas a manter na esfera da intervenção do município são todas competências que exigem equidade e responsabilidade na defesa dos interesses do Município e da população do concelho de Esposende, entendemos ser necessária, a implementação de um controlo adequado e de uma imperiosa fixação de critérios uniformes a todas as freguesias, principalmente naquilo que é a ação e a interferência direta sobre a gestão dos espaços públicos e sobre a decisões que requeiram meios e autoridade que as freguesias não têm. Por isso, a única forma de garantir a equidade, a segurança e a uniformização de procedimentos no território concelhio, é mantendo as competências que aqui se propõem no controlo e na esfera da ação e de decisão do município.”-----

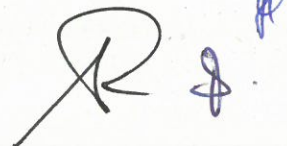
03.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DO TROÇO DA EN 13 ENTRE O KM 42,500 E O KM 43,467, APROVANDO A MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA E O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, DE ACORDO COM O PREVISTO NO NÚMERO 5 DO ARTIGO 7º DO DECRETO-LEI Nº 100/2018, DE 28 DE NOVEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de junho de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, a Autorização da Transferência para o Domínio Público Municipal, do troço da EN13 entre o km 42,500 e o km 43,467, aprovando para o efeito, a Minuta do Acordo de Mutação Dominial a celebrar entre a Infraestruturas de Portugal, SA e o Município de Esposende, anexa à proposta, de acordo com o previsto no número 5 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE E, ASSIM, AUTORIZAR A



TRANSFERÊNCIA PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DO TROÇO DA EN 13 ENTRE O KM 42,500 E O KM 43,467, APROVANDO A MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA E O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, ANEXA À PROPOSTA.-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de maio de 2024, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento Municipal do Gabinete de Apoio à Família, Infância e Juventude, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E, 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO GABINETE DE APOIO À FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“A criação de um Gabinete de apoio à família, infância e à juventude, à partida merece sempre a nossa concordância. Contudo, a prática desta maioria e o seu histórico de atuação é de um aproveitamento dessas oportunidades para satisfazer clientelas, dar emprego aos seus apoiantes, fazendo do universo institucional do município, um centro de emprego e de benesses da família laranja no concelho. Ou seja, nepotismo político no seu esplendor.

Por último, no caso da proposta em concreto, o seu texto devia ser apresentado nas aulas de português e de literatura, em como é possível escrever dezenas de páginas sem dizer praticamente nada. Convido, porque tenho quase a certeza de que quase ninguém leu o texto e a proposta, que a leiam.

Como é possível, é mesmo atirar areia para os olhos e fazer dos outros parvos.

Por isso nos abstivemos, embora no limite, tínhamos razões para termos votado contra.”-----

O Presidente da Mesa interveio, dirigindo-se ao Deputado Municipal Tito Evangelista, dizendo que o que tinha acabado de fazer era uma intervenção política e não uma declaração de voto, que deveria tê-la feito aquando da discussão do assunto.-----

03.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DOS TERMOS DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de junho de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta para alteração dos Termos dos Protocolos de Colaboração para o Fornecimento de Refeições Escolares às crianças e alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico e das Atividades de Animação e Apoio à Família da Educação Pré-Escolar, a celebrar com o Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio, Junta da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra, Centro Social da Juventude Unida de Marinhas e a Associação Social, Cultural, Artística e Recreativa de Forjães, bem como, para autorização da sua outorga, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Municipal Francisco Melo feito alguns reparos e recomendações relativamente à redação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E, 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A ALTERAÇÃO DOS TERMOS DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES ÀS CRIANÇAS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, A CELEBRAR COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO, JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, CENTRO SOCIAL DA JUVENTUDE UNIDA DE MARINHAS E A ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, ARTÍSTICA E RECREATIVA DE FORJÃES, BEM COMO, AUTORIZAR A SUA OUTORGA.-----

03.07 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS, PARA

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO Nº 5401 “ESPOSENDELINK”, APROVADO NO ÂMBITO DOS BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS, DE ACORDO COM O ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de junho de 2024, foi presente na sessão proposta para autorização da repartição de encargos e respetiva assunção dos compromissos futuros, de acordo com o artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, relativamente ao presente procedimento. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAMENTE AO PRESENTE PROCEDIMENTO.-----

03.08 - ELEIÇÃO DE DOIS CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que promova a eleição de dois seus representantes na Comissão Alargada da CPCJ, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende designar para integrar a Comissão Alargada da CPCJ os senhores deputados municipais Jaqueline Casado Afonso Areias e Otílio Silva Hipólito.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR, 7 VOTOS EM BRANCO E 1 VOTO NULO, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E ASSIM, DESIGNAR PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, OS CIDADÃOS JAQUELINE CASADO AFONSO AREIAS E OTÍLIO SILVA HIPÓLITO.-----

03.09 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 26º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta para apreciação e votação da Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, subscrita pelos Grupos Políticos do PPD/PSD, CDS-PP e pelo Deputado Independente Marcelino Cunha.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES E, 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A ALERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O Partido Socialista vota contra pelas razões que já mencionou aquando da apresentação da proposta de Regimento a esta assembleia.

Se o Regimento era mau, foi feito à medida dos interesses da maioria, com evidente prejuízo para o Partido Socialista, e da sua capacidade de intervenção, ao reduzir o tempo disponível, em que o poder através da maioria e do Presidente da Câmara, tem sete vezes mais tempo do que o tempo do PS. Quando não tiveram sequer, três vezes, os votos que o PS teve, nas últimas autárquicas. Nem sequer o princípio da proporcionalidade, é respeitado.

As alterações agora efetuadas, não alteram o problema de fundo deste Regimento, como diz o povo, e eu juro que não sabia que o Marcelino ia dizer isto, que já tinha escrito, "remendo novo em pano velho, e neste caso, pano velho e fraco, não produz boa fazenda", por isso, votamos contra."-----

O Presidente da Mesa dirigiu-se ao Deputado Municipal Tito Evangelista, tendo esclarecido nos seguintes termos:

"Eu quero lembrar aqui que o PS tem 6 minutos e o PSD tem 20 minutos, basta fazer as contas e penso que não é um sétimo.

E depois também, estas alterações foram discutidas em reunião de Comissão Permanente, às quais, reafirmo aqui e reitero, que o PS não tem comparecido, portanto, se há exemplo de não participação democrática, vem exatamente do PS, podia pelo menos fazer-se substituir."-----

03.10 - PARA CONHECIMENTO:

03.10.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.10.02 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

03.10.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

**. ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2024.---**

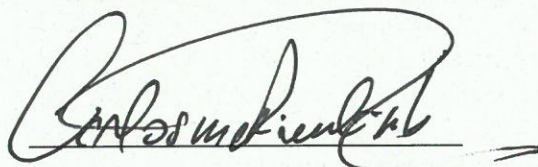
De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Apoios concedidos às Juntas de Freguesia no último semestre, desde a última sessão de dezembro de 2023, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia e o Relatório de Execução Orçamental – 1º trimestre de 2024 da empresa municipal Esposende 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

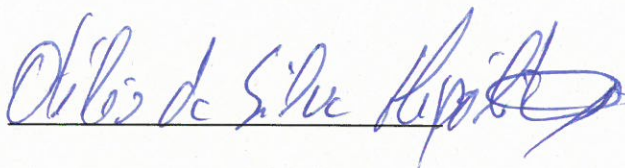
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 30 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

